

DIAGNÓSTICO VOCACIONAL PARTICIPATIVO

CISGA/RS



© 2022. Confederação Nacional de Municípios – CNM.

Todos os direitos reservados e protegidos por Lei de nº 9.610. Nenhuma parte deste material, pode ser reproduzida, sob qualquer forma, sem prévia autorização da CNM.

INFORMAÇÕES E CONTATOS

Confederação Nacional de Municípios (CNM)
SGAN 601 Módulo N – Brasília/DF
CEP: 70.830-010
Telefone: (61) 2101-6000
Site: <https://www.cnm.org.br/>

FICHA TÉCNICA

CNM – Confederação Nacional de Municípios

Diagnóstico vocacional participativo: CISGA/RS.
Brasília/DF: Confederação Nacional de Municípios - 2022

Elaboração e consultoria técnica: R10 Consultoria

TEMAS:

1. Diagnóstico; 2. Vocações territoriais; 3. Desenvolvimento urbano integrado; 4. Sustentabilidade; 5. Participação social

EQUIPE INOVAJUNTOS

Confederação Nacional de Municípios (CNM)

Coordenador de projeto
Luís Maurício Junqueira Zanin

Assessoria Internacional

Lorena Cavalcante
Thaís Lima Mendes
Rhaellyse Gonçalves
Fabiana Barbosa de Santana
Marvelis Faria
Rafael Banhete

R10 Consultoria

Equipe técnica
Yuri Chagas Lopes
Giovanna Bernardes Ferreira
Gabriel Galvão Gomes

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é de exclusiva responsabilidade da CNM e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.



1. Apresentação	01
2. Projeto InovaJuntos	02
3. O que é o diagnóstico?	06
4. Protagonistas do diagnóstico	07
5. Quais as etapas do diagnóstico?	08
6. Diagnóstico no CISGA	11
6.1 Participação no InovaJuntos.....	12
6.2 Pré-diagnóstico	13
6.3 Leitura técnica	14
6.4 Leitura comunitária	40
6.5 Construção compartilhada.....	47
7. Considerações finais	63

Índice

Apresentação

São muitas as informações que temos disponíveis em bases de dados oficiais, porém maior ainda é o número de questionamentos e dúvidas que necessitam ser respondidas para entender a realidade de uma localidade qualquer: quais os principais problemas que o município está enfrentando? Quais são as principais tendências ali verificadas? Como está o índice de desemprego? Como está o PIB? Como são tratadas questões de gênero, etnias e gerações? A desigualdade social está diminuindo? Há preocupação com a sustentabilidade ambiental? Há tratamento de esgoto adequado e acessível? Quais são as principais restrições enfrentadas na área de saúde?

Um diagnóstico vocacional participativo é uma ferramenta que auxilia na obtenção de respostas para essas perguntas e muitas outras, apresentando um panorama sobre as vocações de determinada localidade. Um dos resultados esperados do InovaJuntos é o fortalecimento das capacidades institucionais das cidades na promoção do desenvolvimento urbano integrado sustentável a partir do diagnóstico vocacional participativo.

Da mesma forma que se pensa em habilidades e potenciais individuais das pessoas em geral, os territórios também possuem vocações específicas. São muitos os benefícios em trabalhar essa análise no local. É inspirador para as comunidades quando se reconhece as características do lugar e o valor que tem para oferecer. Pode-se comparar quando alguém faz um trabalho alinhado com sua vocação. Sua criatividade e habilidade para desenvolver um produto, um serviço, uma ideia flui com mais facilidade, inclusive impressionando a outros por tal capacidade. Em âmbito local, isso ocorre de forma similar.

Se uma cidade tem uma vocação, por exemplo, para produzir vinhos ou um determinado tipo de fruta, devido ao solo e ao clima, às habilidades da comunidade, ou outros fatores, apoiar esse tipo de atividade favorece um desenvolvimento econômico local mais consistente. Trabalhar a vocação de um lugar permite ainda que, dentro de um país e até no mundo, reconheça-se o papel daquela localidade. Esse tipo de atuação reforça o senso de satisfação e pertencimento.

Este documento corresponde ao diagnóstico vocacional participativo para o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha (CISGA), participante do cluster 2 (desenvolvimento territorial e consórcios) do projeto InovaJuntos - Cooperação Urbana Triangular para Inovação e Sustentabilidade.

O presente texto inicia-se com uma breve apresentação institucional e metodológica, na qual são detalhados aspectos sobre o projeto InovaJuntos, apresentados seus realizadores e financiadores, e descritas as etapas do diagnóstico vocacional participativo.

Em seguida, relatam-se a experiência e os resultados do diagnóstico realizado no município, por meio da apresentação de dados e informações referentes à cada uma das atividades conduzidas. As principais vocações e limitações verificadas para o território são discutidas com maior atenção, delimitando-se o potencial de atuação do município em análise.

Projeto InovaJuntos



O projeto **InovaJuntos – Cooperação Urbana Triangular para Inovação e Sustentabilidade** é resultado de uma parceria entre a **Confederação Nacional de Municípios** (CNM) e o **Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra** (CES), com financiamento da **União Europeia**. Assinado em 2019 e com execução prevista para os anos de 2020 a 2023, o objetivo do projeto é promover inovação – com fim de desenvolvimento – utilizando a colaboração entre países, municípios e consórcios.

As atividades do projeto são realizadas em Portugal, no Brasil e em outros países da América Latina. A ideia é que a **troca de experiências** entre municípios e consórcios destas nações (ou dentro de uma mesma nação) consiga proporcionar **desenvolvimento urbano** que seja voltado à **inovação** e que colabore com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Nova Agenda Urbana (NAU).

Organizam-se os municípios/consórcios em **4 clusters temáticos**: (i) desenvolvimento econômico; (ii) desenvolvimento regional e consórcios; (iii) cidades verdes e mudanças climáticas; e (iv) espaços inclusivos para inovação cultural e social. Esta designação de clusters permite direcionar as entregas do InovaJuntos, pensando em criar soluções personalizadas para cada cidade, de forma a aumentar a eficiência, a eficácia e a sustentabilidade do projeto.

Confederação Nacional de Municípios (CNM)



Criada em 1980, a CNM é uma organização independente, apartidária e sem fins lucrativos que atua na representação político-institucional dos municípios brasileiros. A nível nacional, a representação é feita junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional. Internacionalmente, a entidade participa de organismos e associações, dentre eles a Federación Latinoamericana de Ciudades, Municipios y Asociaciones de Gobiernos Locales (Flacma) e a Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). **Em 2020, a CNM possuía 5.098 municípios contribuintes, o que representa 92% do total brasileiro.**

As iniciativas da CNM passam pelas **áreas política e técnica**. Dentre as atividades políticas, a entidade participa de conselhos, comitês, órgãos de discussão e **acompanha as políticas públicas**. Além disso, **observa as pautas de votação do Congresso Nacional** – intervindo no processo legislativo e articulando com os parlamentares quando considerado necessário. Em âmbito técnico, algumas das principais atividades da CNM são: desenvolver ferramentas tecnológicas; produzir estudos técnicos e pesquisas; e fornecer orientação técnica e jurídica aos municípios.

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (CES)



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Fundado em **1978**, o CES é uma **instituição científica** dedicada à **investigação** e à **formação** avançada nas ciências sociais e nas humanidades, através de uma abordagem inter e transdisciplinar. Em 2002, o CES recebeu o estatuto de laboratório associado – a instituição de investigação a quem foi concedido o estatuto se compromete a assessorar o governo em áreas científicas para a preparação de políticas públicas. Com mais de 800 pessoas em sua estrutura de investigadores, este centro possuía, em 2019, projetos com países como Reino Unido, África do Sul, Chile e Brasil.

A estratégia científica do CES visa **democratizar o conhecimento**, revitalizar os direitos humanos e contribuir para que a ciência constitua um bem público. O trabalho abrange um amplo espectro de atividades científicas e de extensão, de âmbito nacional e internacional, com especial atenção ao diálogo Norte-Sul e Sul-Norte, contribuindo para o desenvolvimento, divulgação e aplicação de ciência de ponta e para uma investigação e formação avançadas de excelência.



União Europeia

Os Estados-Membros da União Europeia decidiram unir os seus conhecimentos práticos, os seus recursos e os seus destinos. Juntos, construíram uma zona de estabilidade, democracia e desenvolvimento sustentável, preservando simultaneamente a diversidade cultural, a tolerância e as liberdades individuais. A União Europeia assume o compromisso de partilhar os seus êxitos e os seus valores com os países e povos que se encontram para além das suas fronteiras.

O que é o diagnóstico?

Um **diagnóstico vocacional participativo** é uma ferramenta que apresenta um panorama sobre as vocações de determinada localidade. Trata-se de um olhar cuidadoso, construído a partir de diversos pontos de vista, com o intuito de **entender os principais avanços e desafios enfrentados em importantes dimensões**, como: meio-ambiente, governança local, inclusão social, gestão governamental, educação, saúde, infraestrutura, economia e segurança.

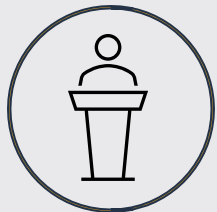


Por que fazer um diagnóstico?

Para que um município possa pensar em **desenvolvimento urbano integrado** em todas as suas frentes de atuação (capacidades institucionais, economia, sustentabilidade ambiental, inclusão social etc.), é necessário entender as **particularidades** e **vocações** do seu território. A partir desse conhecimento, possibilita-se a identificação de **ações** necessárias para que o município ofereça melhores **condições de vida** para seus moradores, bem como um ambiente mais propício ao **desenvolvimento** de suas **capacidades**.

Para criar um diagnóstico adequado à **realidade local** e que favoreça o senso de **pertencimento** e **satisfação** da população, torna-se extremamente importante elaborá-lo de forma **participativa**. Para além de fontes secundárias de dados, deve-se contar com a grande riqueza de conteúdo potencial que se pode encontrar nas **experiências das pessoas** que habitam e constroem suas vidas nos municípios brasileiros.

Protagonistas do diagnóstico



Setor público

Responsáveis por representar o município externamente – possuindo visão clara sobre qual espaço o município ocupa no contexto estadual e nacional. Ouvir os representantes do setor público se torna relevante, principalmente, para entender as iniciativas e políticas que estão sendo formuladas para o desenvolvimento municipal e conhecer a progressão da economia e da sociedade local ao longo do tempo.



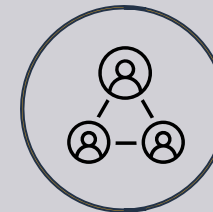
Setor produtivo

Possuidores de uma visão econômica e empreendedora, os empresários locais e representantes comerciais que atuam no município possuem opiniões importantes com relação a importantes aspectos como: estrutura, tamanho e perspectiva de crescimento do mercado consumidor; potencial de aumento da produção; dificuldades para se empreender no território etc.



Instituições de ensino

Dotados de conhecimento e experiência prática sobre a educação no município, trazem informações cruciais acerca das dificuldades e perspectivas educacionais para o território. Tanto os docentes quanto os discentes podem responder perguntas relacionadas ao potencial educacional da juventude local, bem como a respeito de perspectivas de emprego e ocupação durante e após a formação.



Sociedade civil organizada

Representando os diferentes interesses e anseios da comunidade local, esse grupo conhece a fundo as oportunidades e dificuldades do território em questões de emprego, qualidade de vida, segurança, entre outros. Para representar esse grupo, são convidados a participar diversas pessoas como: representantes de associações, sindicatos, cooperativas, e ONGs; lideranças comunitárias e de populações tradicionais; grupos religiosos, de idosos, de mulheres, de jovens, entre outros.

Quais as etapas do diagnóstico?

Pré-diagnóstico

Reuniões para esclarecimento gerais sobre o diagnóstico e reflexões prévias sobre boas práticas, demandas e fragilidades do município.

Leitura técnica

Compilação e análise de dados secundários do município, utilizando informações disponíveis em bases públicas.

Leitura comunitária

Levantamento de informações qualitativas sobre a realidade municipal, por meio de diálogos com atores-chave locais.

Construção compartilhada

Compartilhamento de um cenário mais amplo da realidade do município e construção colaborativa para definição das principais potencialidades e limitações do município.

Diagnóstico vocacional participativo

Etapas

► Etapa 1: Pré-diagnóstico

O início da leitura da realidade local pela equipe InovaJuntos ocorre com a etapa “Pré-diagnóstico”. Em suma, essa etapa trata de **encontros** com pontos focais dos municípios e/ou consórcios para esclarecimentos gerais sobre o diagnóstico Vocacional Participativo, bem como **diálogos** para instigar reflexões prévias de potencialidades, demandas, vocações e fragilidades do município.

O Pré-diagnóstico não corresponde somente a um momento de delimitações gerais das motivações e necessidades, mas também à **identificação** e **familiarização** dos atores-chave locais com a metodologia, além da delimitação do **roteiro de visitas** durante a etapa de Leitura Comunitária.

► Etapa 2: Leitura técnica

Durante a Leitura técnica, a equipe InovaJuntos compila e analisa informações municipais, objetivando a contextualização inicial do time com respeito à realidade local. A partir de indicadores das áreas econômicas, sociais, ambientais e institucionais é possível perceber uma narrativa prévia sobre a vida e a população do município, que será refinada (até mesmo alterada, se necessário) em decorrência das interações realizadas nas etapas seguintes do diagnóstico.

Para realização da Leitura técnica, coletou-se informações da prefeitura municipal, IBGE Cidades, DataSebrae e base CiDados (da CNM). Agregar materiais da própria prefeitura permite uma contextualização maior do município, trazendo aspectos como a história local, por exemplo. A definição dos clusters do InovaJuntos afeta a Leitura técnica, tendo em vista que são enfatizados no estudo indicadores ligados ao cluster do qual o município faz parte.

O IBGE disponibiliza, em bases públicas, levantamentos estatísticos sobre a geografia, demografia e economia de diversas localidades do Brasil. É a principal fonte de dados oficiais do país, cobrindo grande variedade de tópicos e temas relevantes ao desenvolvimento municipal.

O DataSebrae aparece como uma importante solução de gestão do conhecimento, atuando não apenas na compilação e organização de informações públicas de outras fontes, mas principalmente oferecendo perspectivas específicas quanto ao perfil dos empreendimentos brasileiros.

O CiDados é uma base construída pela CNM que contém várias ferramentas que podem ser utilizadas pelos gestores municipais para auxiliar no desenvolvimento de seus municípios. Dentre as ferramentas pertencentes ao CiDados, selecionou-se a **Mandala ODS** e o **Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS)** tendo em vista que estas são as ferramentas que tratam de desenvolvimento sustentável.

► Etapa 3: **Leitura comunitária**

A Leitura comunitária corresponde ao levantamento de **informações qualitativas** sobre a realidade municipal na visão de atores-chave locais. Para condução dessa etapa, a equipe InovaJuntos utiliza os dados quantitativos obtidos previamente (Leitura técnica) como uma familiarização introdutória sobre o município. Em geral, a partir das informações secundárias, refina-se o direcionamento a ser dado durante diferentes diálogos com a sociedade, já que a Leitura técnica possibilita a construção de uma narrativa de priorização prévia.

Para maior eficiência no levantamento de informações, a Leitura comunitária é dividida em dois blocos de atividades: **entrevistas qualificadas** e **visitas técnicas**. A ideia das entrevistas é realizar um intercâmbio de informações como forma de exercitar as capacidades de reflexão crítica dos atores-chave sobre o território, em que são analisadas suas vivências, percepções e demandas.

Em relação às visitas técnicas, a proposta é que a equipe InovaJuntos tenha contato direto com o ambiente e maior envolvimento em situações cotidianas. Além disso, também é possível aproveitar esse momento para efetuar diálogos com outros atores locais, ampliando os pontos de vista coletados durante a Leitura comunitária. Vale ressaltar que é possível que a equipe InovaJuntos complemente a Leitura comunitária a partir das **experiências** obtidas ao longo de sua permanência no(s) município(s) e/ou consórcio.

► Etapa 4: **Construção colaborativa**

Nesta etapa, a equipe InovaJuntos monta um **cenário ampliado** do município (integrando os aprendizados da Leitura técnica e Leitura comunitária) e elabora uma **versão inicial** (sugestiva) do diagnóstico vocacional participativo, como uma proposta de definição das principais áreas e vocações para as quais o território deve empenhar esforços. Essa proposta é apresentada no momento final das atividades de campo, por meio de uma oficina de validação e construção colaborativa com os atores-chave do município.

Um dos objetivos da oficina é o retorno sobre as atividades previamente realizadas, em que a equipe InovaJuntos realiza uma **devolutiva técnica** aos representantes do município. Trata-se de um momento de conscientização coletiva sobre os principais pontos e perspectivas sistematizados ao longo dos trabalhos de campo, apresentando a todos os participantes uma diversidade de olhares que não apenas os seus próprios.

O segundo objetivo é o esforço para a **construção colaborativa** do diagnóstico vocacional. Cientes da devolutiva que lhes foi apresentada, cabe aos atores-chave locais validarem (ou não) os pontos de melhoria e vocações sugeridos, estimulando diálogos que contribuam com o refinamento e aprofundamento da compreensão da realidade local.



Diagnóstico no CISGA

O diagnóstico resultante apresenta triplo recorte temático, abordando aspectos sobre:

- (i) Maturidade institucional da região para promover melhorias e inovações;
- (ii) Informações situacionais, analisando os avanços e desafios enfrentados pela região;
- (iii) Análise das vocações locais, para garantir maior apoio em atividades que estimulem o desenvolvimento econômico regional.

Participação no InovaJuntos

O consórcio **CISGA** foi selecionado para participar do projeto InovaJuntos em seu edital de menção honrosa, sendo parte dos **6 municípios e/ou consórcios** selecionados nesta chamada.

O CISGA conta com a participação de 22 municípios consorciados, correspondendo a quase 1 milhão de habitantes. O consórcio objetiva promover economicidade de forma coletiva e implantar iniciativas na promoção do desenvolvimento sustentável. Garantir a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e atuar conjuntamente na gestão associada dos serviços públicos são motivadores para a atuação consorciada.

Ao se inscrever, o consórcio definiu a equipe técnica que seria responsável por representar o município no âmbito do projeto, comprometendo-se a participar, coordenar e acompanhar suas atividades: **Rudimar Caberlon**.

Durante a candidatura do CISGA, a equipe técnica precisou escolher um dos grandes temas (clusters temáticos) em torno dos quais a cooperação triangular seria desenvolvida.

Devido à sua lógica de atuação conjunta, o CISGA escolheu participar do **Cluster 2: desenvolvimento territorial e consórcios**.

O cluster 2 contempla uma abordagem integrada do desenvolvimento territorial unificado por consórcios, parcerias, redes, associações de cidades, entre outras modalidades possíveis, tendo em vista a prestação de serviços públicos. As opções de consorciamento são consideradas eficazes e eficientes na medida em que permitem ganhar escala na resposta aos problemas comuns, planejando e promovendo a oferta conjunta de serviços públicos em municípios de todos os portes.

Ao longo da sua interação com o projeto, o Consórcio apresentou problemas relacionados à falta de unificação de processos e demandas internas, gerando gargalos e desorganização nos processos de licitação. Além disso, procura expandir e fortalecer a ação conjunta dos seus consorciados para alcançar maior economia e eficiência nas ações e atividades de desenvolvimento da região da Serra Gaúcha.



Programa de Educação Ambiental
DESPERTE-SE
EU, VOCÊ, TODOS JUNTOS

RECICLÁVEL
SEPARAR | RECICLAR | PRESERVAR

ALUMÍNIO / PAPELÃO / PLÁSTICO / ISOPOR / VIDRO / METAL / PAPEL

Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Canela, Capão, Fagundes Varela, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Bassano, Nova Friburgo, Petrópolis, São Leopoldo, São Marcos, Veranópolis

Dentre as boas práticas apresentadas, destaca-se a implementação de planos de ação que promovam uma atuação unificada, gerando assim processos internos mais eficazes. Ações de compras unificadas e planos regionais de atuação comum na área ambiental são outros campos de destaque do consórcio.

Primeiros encontros

Durante as primeiras reuniões entre a equipe técnica do consórcio CISGA e a equipe InovaJuntos, debateu-se as perspectivas sobre como o projeto poderia auxiliar a região do consórcio a se desenvolver de maneira integrada e sustentável. De modo a facilitar esta interação, aplicou-se uma abordagem baseada no mapeamento de dificuldades locais e a geração de ideias resolutivas, que resultou na criação de uma árvore lógica para o consórcio.

A necessidade de um fluxo completo de licitações adequado à **nova Lei de Licitações** foi um dos pontos iniciais apresentados durante as reuniões. A otimização desse fluxo possibilitaria um maior número de pregões de licitações realizados anualmente. Assim, definiu-se uma série de ações necessárias para que essa demanda fosse atendida plenamente.

Outro assunto apresentado pelo CISGA foi a **rota tecnológica** para **destinação final de resíduos sólidos**. Na época, já existia um plano intermunicipal de gestão integrada de resíduos sólidos, bem como campanhas de educação ambiental e afins, mas a logística de transporte destes em longas distâncias (400 km no total) possuía um custo muito elevado.

Apontou-se a necessidade de uma solução local para receber e dar uma destinação adequada para os resíduos, diminuindo a porcentagem de lixo levado a aterros sanitários e trazendo retorno para a economia da região. O direcionamento encontrado durante a reunião, entre outras recomendações, foi de que a **solução** poderia vir do **exterior**, por um preço não superior a R\$ 30 milhões ao ano.

A **atuação de veterinários parceiros** do CISGA nos serviços de inspeção municipal também foi um ponto central ao longo das conversas. Para esses profissionais, o consórcio foi essencial para a capacitação do meio profissional como um todo e para a troca de informações entre municípios.

A necessidade apresentada pelo consórcio foi de **otimização da colaboração** entre municípios e o **pagamento de gratificação** aos médicos veterinários, que eram cedidos por seus prefeitos para atuar em outros municípios. O CISGA já havia fornecido uniformes e materiais gráficos para os profissionais, mas a valorização via gratificação se fazia indispensável, devido aos longos deslocamentos e às horas extras de trabalho.



Contextualização do consórcio*

Com a finalidade principal de promover economicidade de forma coletiva, bem como implantar iniciativas na promoção do desenvolvimento sustentável, visando a garantir a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, gestores municipais de dez municípios da região da Serra Gaúcha, no ano de 2010, uniram-se para implantar na região um consórcio. Surge o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha (CISGA), através da assinatura do Protocolo de Intenções em 18 de abril de 2011 e posteriormente o lavramento do Contrato de Consórcio Público em 22 de julho de 2011.

O Consórcio está localizado na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, na Serra Gaúcha. Atualmente o CISGA é constituído pelos seguintes Municípios: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Garibaldi, Guaporé, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Pinto Bandeira, Santa Tereza, São Marcos, Veranópolis e Vila Flores.



*Texto retirado e adaptado do site do CISGA. Para mais informações acesse: <https://www.cisga.com.br/>

Municípios do CISGA pelo IBGE cidades

De acordo com a estimativa do IBGE, em 2021, a região de abrangência do CISGA possuía população de **948.220 habitantes**. Comparativamente, o Censo de 2010 computou 802.562 habitantes, o que pressupõe aumento populacional na região nos últimos 11 anos.

Os dados populacionais do último censo (2010) já apontavam um desbalanceamento relativo entre faixas etárias, com baixa representatividade da população jovem no município (especialmente de 0 a 14 anos) e maior participação da faixa mais velha (especialmente de 30 a 59 anos), relativamente.

Pirâmide etária*



Os municípios do CISGA apresentam extensão territorial correspondente a 1,8% do estado do Rio Grande do Sul. Sobre a distribuição da população, a região de abrangência do consórcio possui densidade demográfica aproximadamente 300% maior do que o calculado para o estado.

Área da unidade territorial
(2021)

4.990,224 km²

Densidade demográfica
(2021)

170,1 hab/km²

O bônus demográfico é um ponto especialmente relevante no contexto de sustentabilidade do desenvolvimento. Considera-se que uma localidade apresenta bônus quando há, proporcionalmente, um maior número de pessoas em idade ativa (15 a 59 anos) do que em idade inativa (faixas 0 a 14 anos e 65 anos ou mais).

Para os municípios do CISGA, pelo Censo de 2010, estima-se um **bônus demográfico** de aproximadamente **2,24**, o que é considerado alto. Entretanto, este bônus já se concentrava em população acima dos 30 anos. A tendência é que, após o auge da proporção de jovens, as baixas taxas de fecundidade e maior expectativa de vida da população sejam um problema a longo prazo, já que compromete a produção da economia. É possível que dados do próximo censo já apresentem um quadro distinto do levantado em 2010.

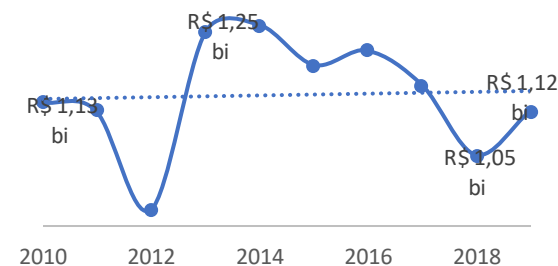
* Distribuição etária da população municipal, por gênero (homens em verde, mulheres em azul). Dados do Censo 2010, IBGE.

Em termos de desempenho econômico, o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2019 foi calculado em **R\$ 42,24 bilhões**. Entre 2010 e 2019, os municípios do CISGA apresentaram uma tendência de queda em termos de sua produção bruta real. Este movimento de baixa foi guiado principalmente pela tendência decrescente do setor secundário.

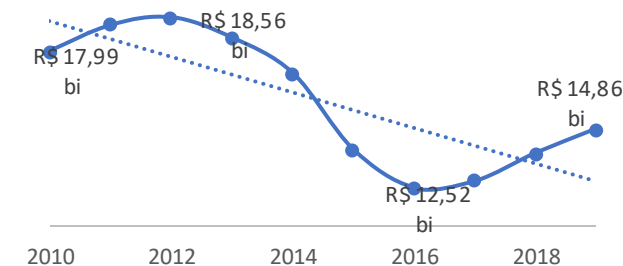
Percebe-se uma tendência de crescimento no valor adicionado bruto (**VAB**) pelo **setor terciário** (comércio e serviços), que possui grande participação na produção dos municípios do CISGA (**49,94%**). Com expressiva participação na composição da renda gerada na região (**35,17%**), o valor adicionado pelo **setor secundário** (indústria) apresentou uma expressiva tendência de redução ao longo dos anos.

As séries temporais indicam aumento do valor adicionado pela **administração pública** e estabilidade na produção do **setor primário** (agricultura, pecuária e extrativismo), os quais apresentam participação para a composição da renda total dos municípios de **12,24%** e **2,65%** em 2019, respectivamente.

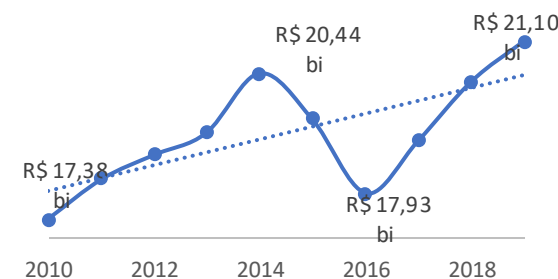
VAB – Setor primário*



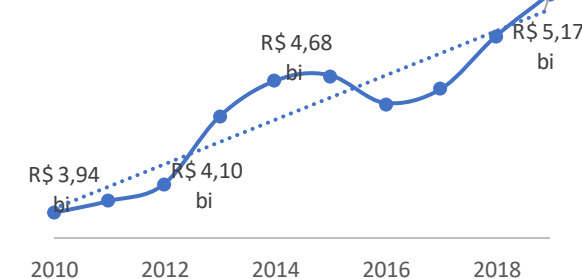
VAB – Setor secundário*



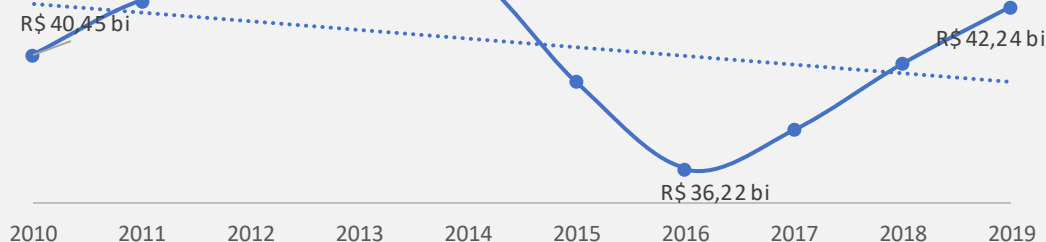
VAB – Setor terciário*



VAB – Administração pública*



VAB Total regional*



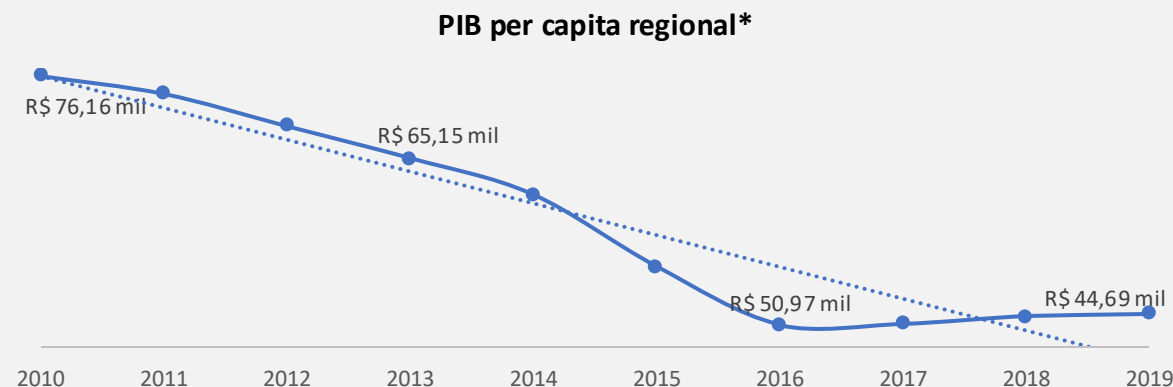
As séries de produção indicam os ciclos econômicos nos municípios do CISGA no período analisado, com especial destaque para o momento de expansão econômica entre 2010 e 2014 (aproximadamente 7,6% de incremento no nível de renda local), sucedida por uma leve redução e posterior crescimento entre 2017 e 2019.

Entretanto, por mais que as tendências históricas sejam importantes indicativos do padrão produtivo municipal, o cenário atual – marcado por profundas alterações relacionadas à pandemia de Covid-19 – deverá ser analisado com especial atenção e cuidado, uma vez que se trata de um momento de significativa ruptura socioeconômica.

* Valores corrigidos pelo deflator implícito do PIB nacional, preços de 2019.

Em 2019, a renda média da população dos municípios do CISGA foi de **R\$ 44.692,71**, medida pelo PIB per capita, valor 5,4% superior à média do estado do Rio Grande do Sul (R\$ 42,4 mil). Analisando a série história, observa-se uma tendência de decrescimento do PIB per capita, relacionada às tendências de aumento populacional e de redução do PIB no período analisado.

O salário médio mensal dos trabalhadores formais nos municípios do CISGA, em 2020, era de **2,5 salários mínimos** (cerca de R\$ 2.500,00). A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total, em 2020, era de **39,1%**.



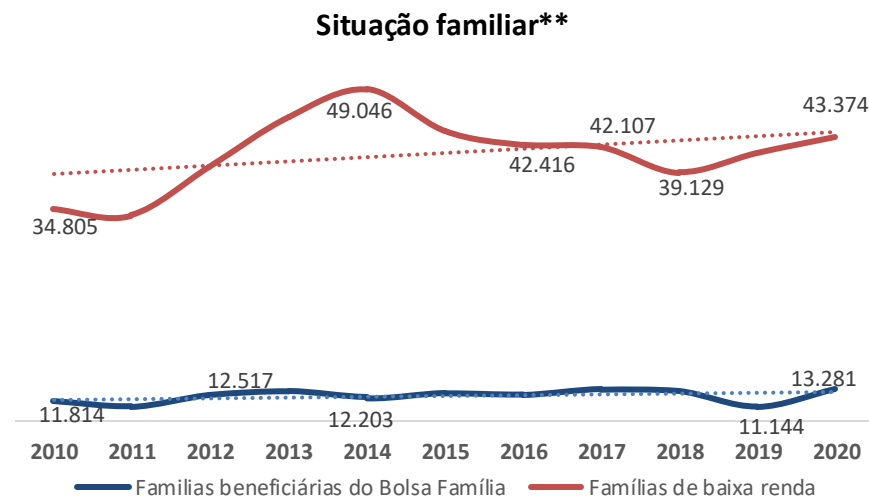
Salário médio mensal (2020)

2,5 salários mínimos

Percentual de pessoal ocupado
(2020)

39,1%

A região apresenta uma tendência crescente do número de famílias consideradas de baixa renda (aumento médio de **2,6%** no período), ao mesmo tempo em que se verifica uma tendência de aumento menos acentuado no número de famílias beneficiárias do Bolsa Família (crescimento médio de **1,6%**).

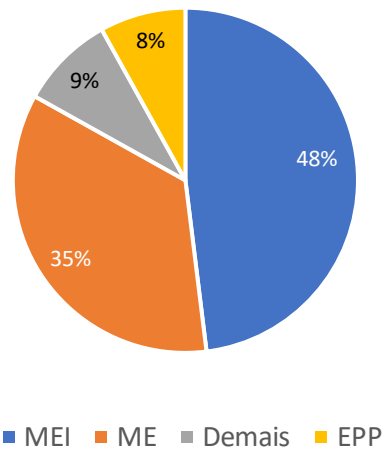


* Valores corrigidos pelo deflator implícito do PIB nacional, preços de 2019.

** Dados do Cadastro Único – Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

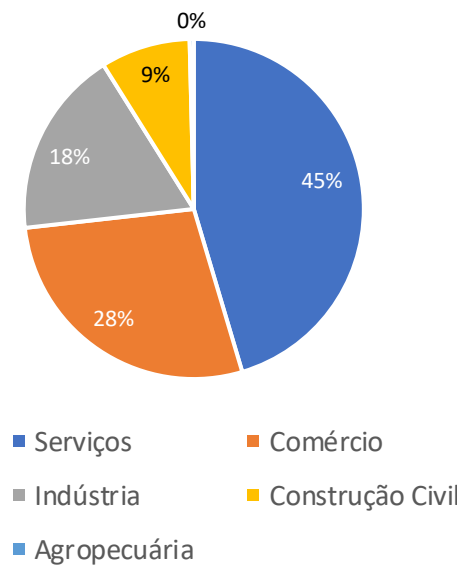
Municípios do CISGA pelo DataSebrae

Empresas por porte (2022)



Aproximadamente **48%** dos empreendimentos da região de abrangência do CISGA é composta por microempreendedores individuais (**MEI**). Juntos, MEI, microempresas (ME) e empresas de pequena porte (EPP) respondem por 91% do total de empresas, destacando a relevância do segmento para o município.

Empresas por setor (2022)



Em relação à distribuição por setor produtivo, a maior parte das empresas encontram-se no setor terciário, distribuídos entre **comércio** (28%) e **serviços** (45%). Para os demais segmentos, segue a participação em ordem decrescente: setor industrial (18%); construção civil (9%) e agropecuária (aproximadamente 0%).

Em relação às principais atividades econômicas desenvolvidas por estas empresas, destacam-se atuações em **comércio varejista** (artigos do vestuário e acessórios – 5%), **salões de beleza** (3%), **promoção de vendas** (3%) e **obras de alvenaria** (3%).

Total de estabelecimentos (em 2022)

123.720

	Principais atividades econômicas (CNAE)	Estabelecimentos	% total
1º	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	6.560	5%
2º	Cabeleireiros, manicure e pedicure	4.289	3%
3º	Promoção de vendas	3.302	3%
4º	Obras de alvenaria	3.298	3%
5º	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	2.833	2%
6º	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	2.052	2%
7º	Atividades de estética e outros serviços de cuidado com a beleza	2.014	2%
8º	Instalação e manutenção elétrica	1.908	2%
9º	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	1.855	1%
10º	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	1.828	1%

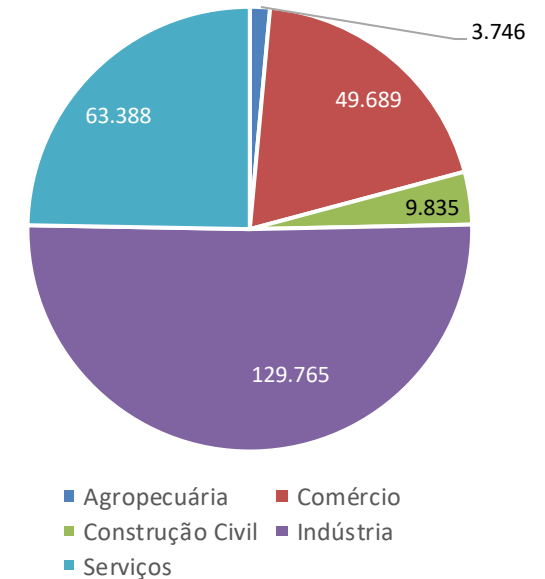
Em 2018, o total de empregados nos municípios do CISGA era de **256.423**. Com relação ao número e distribuição de empregados das empresas, percebe-se que tanto as **empresas de pequeno porte (EPP)**, como as **microempresas (ME)**, são, historicamente, as principais responsáveis pela geração de empregos formais (ambas com **29%** em 2018). A participação no total de empregados segue da seguinte forma: grandes empresas (23% em 2018) e médias empresas (19% em 2018).

Em termos de dinâmica temporal, o total de empregados das micro, pequenas e médias empresas possuíram variações de mesma magnitude na média: **+1% a.a.** entre 2009 e 2018.

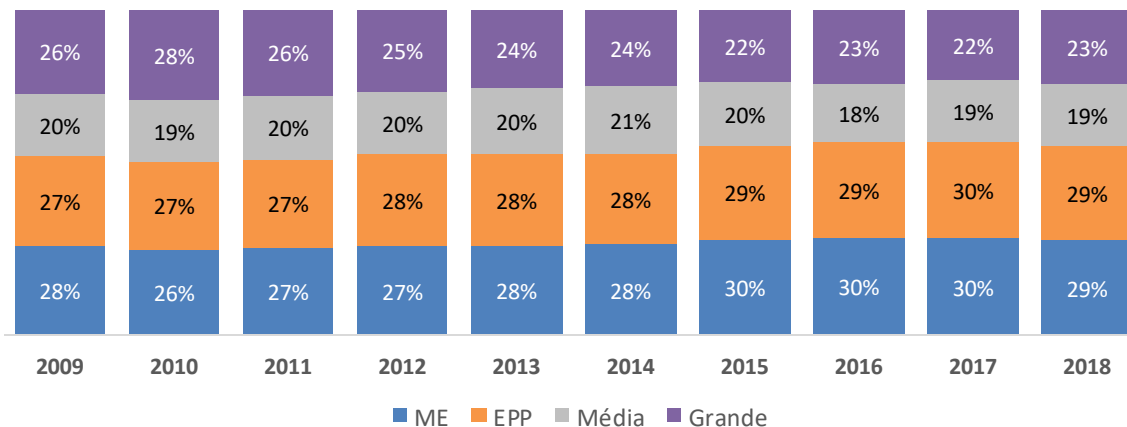
Em relação aos setores, estabelecimentos no ramo de **indústria** são os que empregam maior parcela dos trabalhadores formais dos municípios historicamente (**51%** em 2018). O setor de comércio e serviços possuem contribuições relevantes (19% e 25%, respectivamente, em 2018), seguidos por construção civil (4% em 2018).

Em termos de dinâmica temporal, **serviços** foi o setor que apresentou maior variação no número de empregados, **+3% a.a.** na média. Para os demais setores, as variações médias verificadas no período foram: comércio (+2% a.a.), construção civil (+2% a.a.) e agropecuária (+1% a.a.).

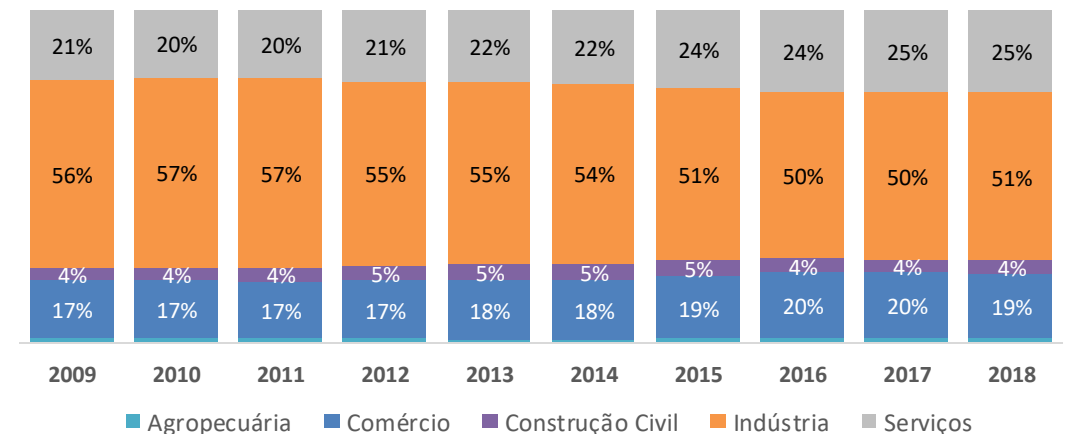
Trabalhadores formais por setor (2018)



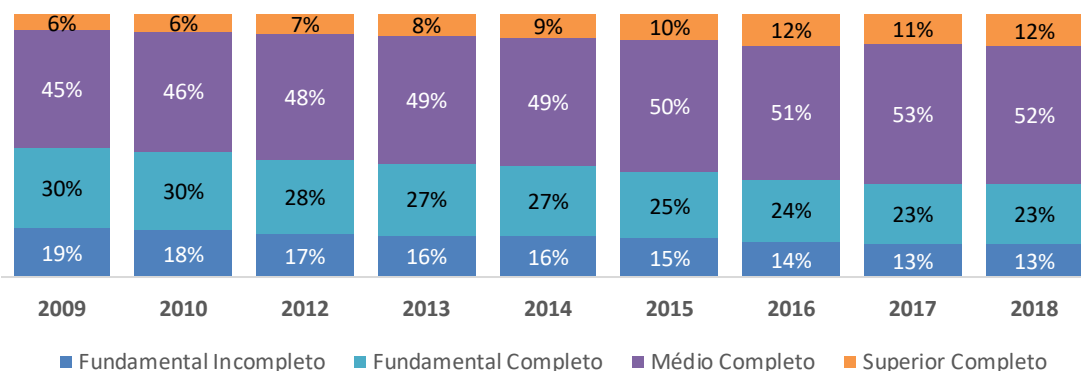
Distribuição de trabalhadores formais por porte empresarial



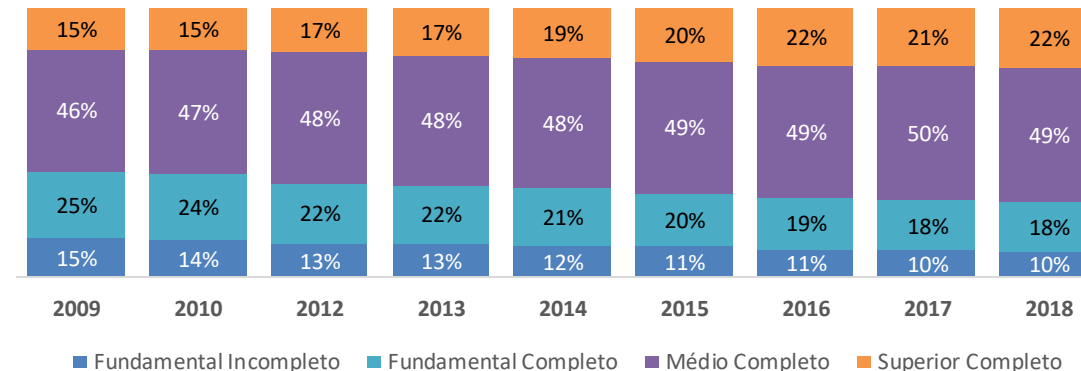
Distribuição de trabalhadores formais por setor de atuação



Distribuição de trabalhadores formais por escolaridade



Distribuição da massa salarial por escolaridade

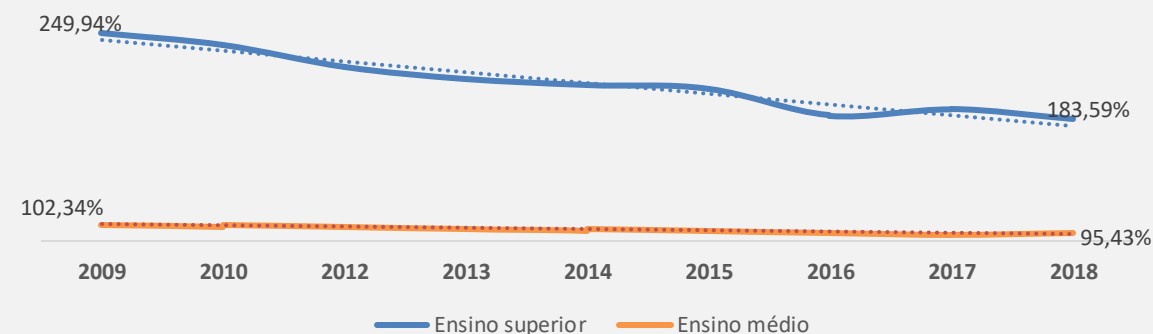


Dos 256.423 empregados formais dos municípios do CISGA em 2018, quase metade (**52%**) apresentava o **ensino médio completo**, enquanto cerca de 12% apresentavam diploma de nível superior ou curso de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). Os trabalhadores com ensino fundamental completo representavam 23% do total, ao passo que aqueles com ensino fundamental incompleto ou sem escolaridade fechavam os demais 13%.

Em 2018, os empregados com **ensino médio completo** detinham **49% da massa salarial**. Em ordem decrescente, a participação nos salários por nível educacional é: superior completo (22%), fundamental completo (18%) e fundamental incompleto (10%).

O retorno da educação para a geração de renda pessoal corresponde a um dos tópicos mais debatidos na literatura mundial. Considerando a disponibilidade de dados sobre trabalhadores formais dos municípios do CISGA, pode-se utilizar a razão entre massa salarial e empregabilidade para se traçar um panorama geral sobre o acréscimo salarial vinculado ao nível educacional.

Evolução da razão salário/escolaridade

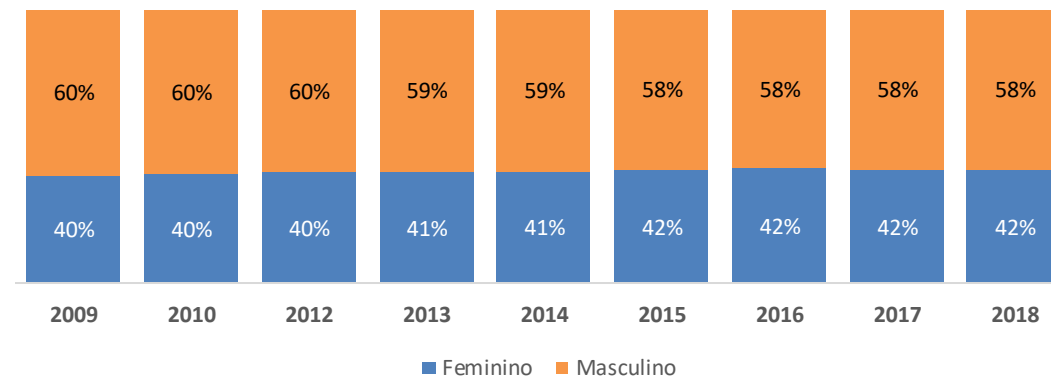


Os dados históricos demonstram que o retorno salarial relacionado aos níveis educacionais mais elevados vem decrescendo no tempo, especialmente para o ensino superior: trabalhadores formais com nível superior detêm, em 2018, menor parcela proporcional da massa salarial do que em 2009. A título comparativo, nota-se que o retorno salarial de trabalhadores com ensino médio completo apresenta queda bem menos significativa.

Em termos de distribuição de trabalhadores formais por gênero, em 2018, nos municípios do CISGA, **42%** dos empregados eram do gênero **feminino**. Quando o assunto é repartição da massa salarial, trabalhadores formais do gênero feminino receberam, em 2018, aproximadamente **R\$ 230,8 milhões** – representando **34%** do total. A discrepância observada entre a participação feminina no total de trabalhadores formais e na massa salarial indica desigualdade da repartição de proventos do trabalho formal entre homens e mulheres nos municípios de abrangência do consórcio.

Neste caso, a razão salário/empregabilidade mostra o retorno salarial por gênero. Na média, percebe-se que pessoas do gênero feminino recebem **78%** proporcionalmente a sua participação no mercado de trabalho. A variação em termos desta razão é, na média, **+1%**. Conclui-se que pessoas do gênero feminino estão, proporcionalmente, recebendo cada vez mais ao longo dos anos.

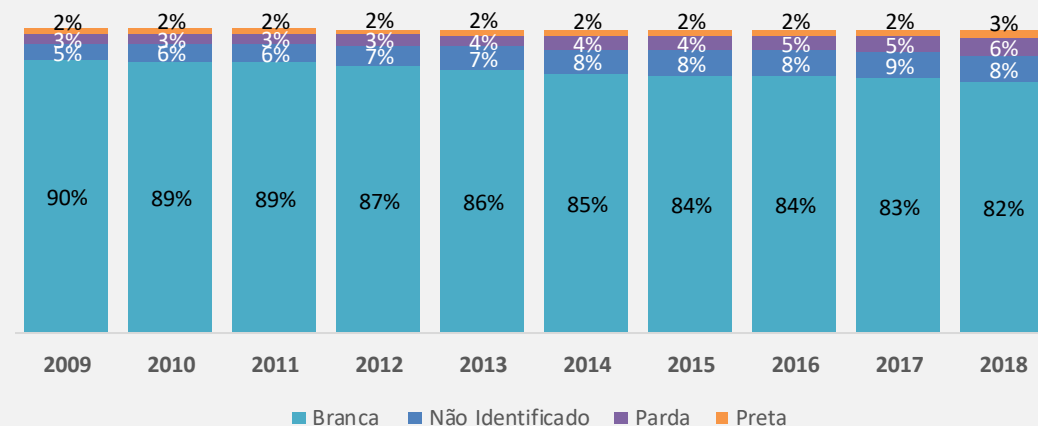
Distribuição de trabalhadores formais por gênero



Quanto ao quesito raça*, pessoas pretas representaram **3%** do total de empregados dos municípios do CISGA em 2018. Em conjunto, autodeclarados pretos e pardos somaram aproximadamente **9%** de participação no mercado de trabalho local. Por sua vez, autodeclarados brancos respondiam por **82%** do total de trabalhadores formais, parcela 8,9% inferior ao verificado em 2009. Responsáveis por **7%** do total da massa salarial do município, pretos (2%) e pardos (5%) apresentam distribuições desiguais entre participação e remuneração.

A razão massa salarial/empregabilidade aponta que, no período de 2009 a 2018, **pessoas pretas** receberam, na média, **82%** proporcionalmente a sua participação do mercado de trabalho. Percebe-se um movimento de aumento gradual desta relação no tempo: variação média de **0,5% a.a.** Para pardos, esta relação média ficou em 90% no período considerado, com taxa de decrescimento de -1,0% a.a.. Em relação aos autodeclarados brancos, a média no período foi de 103%, com taxa de aumento lento e gradual em 0,2% a.a..

Distribuição de trabalhadores formais por raça*



* A população autodeclarada indígena não consta na apresentação de dados por não representar montante estatisticamente significativo dentre trabalhadores formais nos municípios do CISGA.

Mandala ODS

A Mandala ODS é um aplicativo disponibilizado aos gestores públicos municipais e à sociedade que possibilita diagnosticar, monitorar e avaliar o desempenho dos Municípios brasileiros quanto ao nível do alcance da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*.

Ao trazer um gráfico do tipo “radar”, a Mandala mostra o grau de desenvolvimento do Município de acordo com 4 dimensões: econômica, social, ambiental e institucional. A ferramenta disponibiliza 30 indicadores dos 5.570 Municípios brasileiros, os quais são considerados em 6 grupos

distintos para fins de análise e comparação, além do grupo das capitais.

O gráfico está separado ainda em três áreas, representadas por cores: vermelho (abaixo do parâmetro), amarelo (mediano) e verde (acima do parâmetro).

Municípios do CISGA

Analizando o radar dos municípios do CISGA em 2021, nota-se a concentração de indicadores nas faixas amarela e verde da figura. Os indicadores dos eixos Social e Ambiental se sobressaem como aspectos positivos da Mandala para a região, principalmente no que diz respeito à baixa Proporção de Pessoas em Extrema Pobreza e Cobertura de Coleta de Resíduos Domiciliares. Em contrapartida, os eixos Econômico e Institucional possuem mais indicadores com índices precários: destacam-se os baixos índices de Evolução dos Estabelecimentos Empresariais e de Gastos com Pessoal.



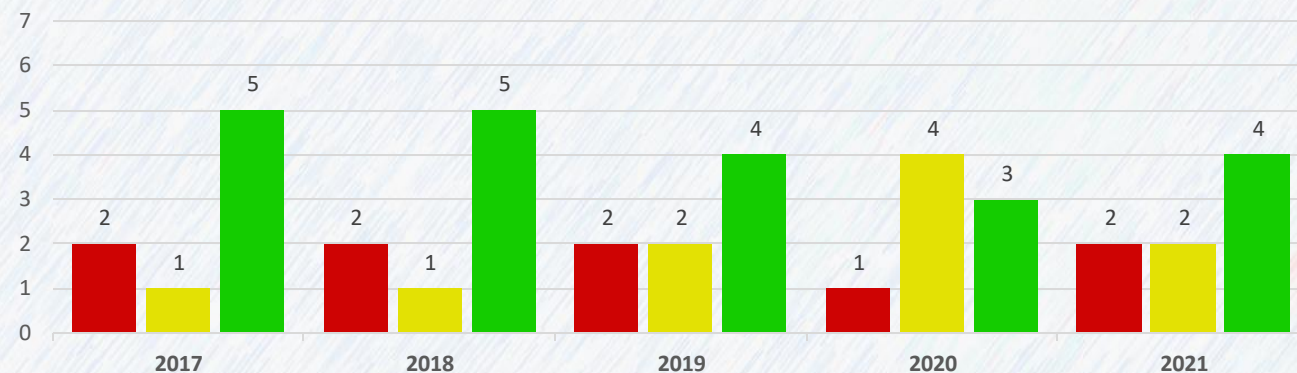
* Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte da Agenda 2030, documento de vigor internacional que estabelece metas para que o mundo alcance o desenvolvimento sustentável. Os ODS tratam de temas como pobreza, saúde, meio-ambiente, juventude e equidade de gênero.

Evolução da Mandala por ODS *



Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Os municípios do CISGA estão **piorando** seu desempenho com relação ao ODS 1!

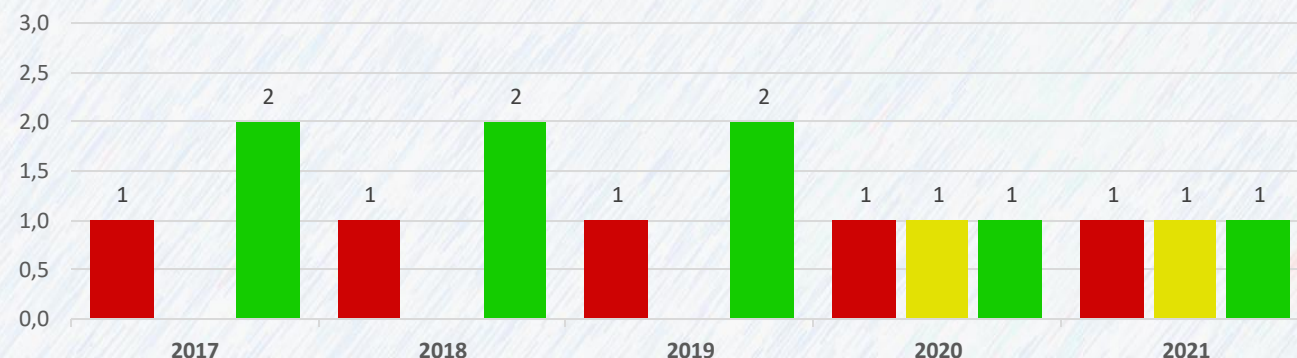


Durante o período, constatou-se redução de indicadores localizados na faixa verde da ferramenta. Tal movimento demonstra divergência em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 1.



Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Os municípios do CISGA estão **piorando** seu desempenho com relação ao ODS 2!



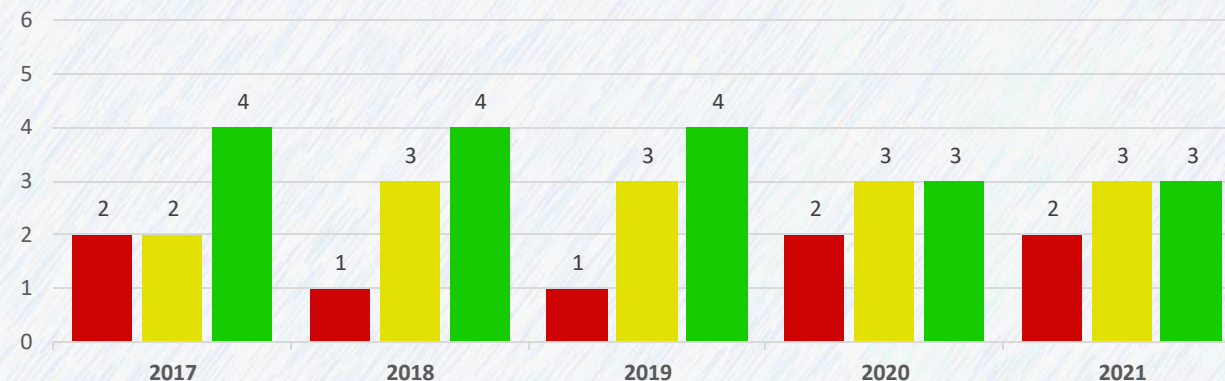
Durante o período, constatou-se redução de indicadores localizados na faixa verde da ferramenta, bem como aumento dos índices na faixa amarela. Tal movimento demonstra divergência em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 2.

* A Mandala não apresenta indicadores relacionados ao ODS 7 (Energia acessível e limpa), motivo pelo qual não será apresentado neste diagnóstico.



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

Os municípios do CISGA estão **piorando** seu desempenho com relação ao ODS 3!

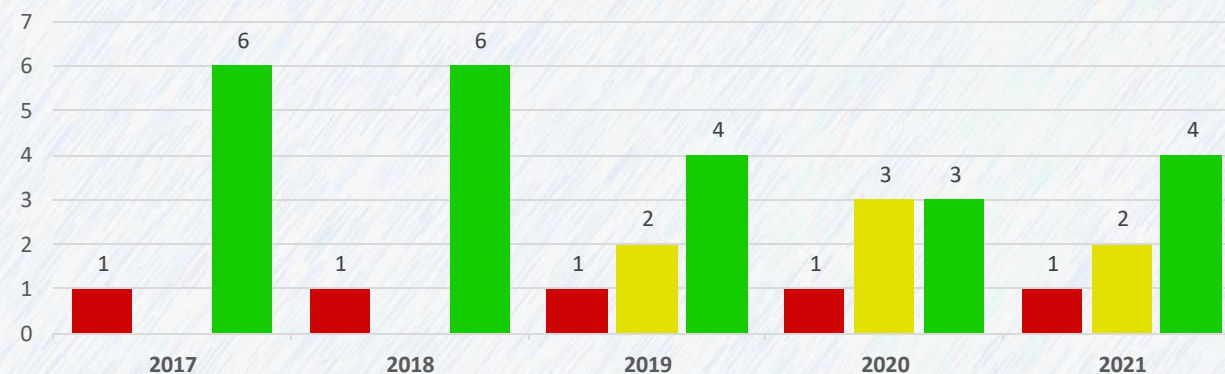


Durante o período, constatou-se redução de indicadores localizados na faixa verde da ferramenta. Tal movimento demonstra divergência em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 3.



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Os municípios do CISGA estão **piorando** seu desempenho com relação ao ODS 4!

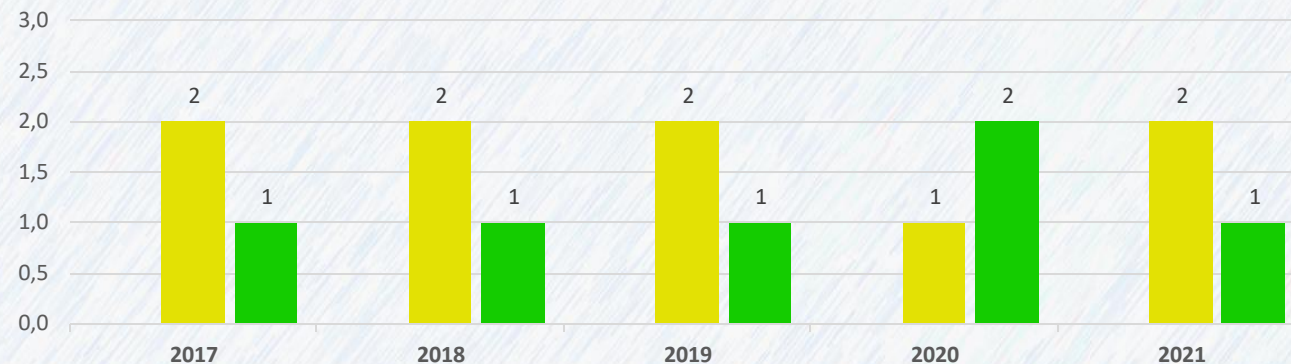


Durante o período, constatou-se redução de indicadores localizados na faixa verde da ferramenta, bem como aumento dos índices na faixa amarela. Tal movimento demonstra divergência em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 4.



Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Os municípios do CISGA demonstram **estagnação** de seu desempenho com relação ao ODS 5!

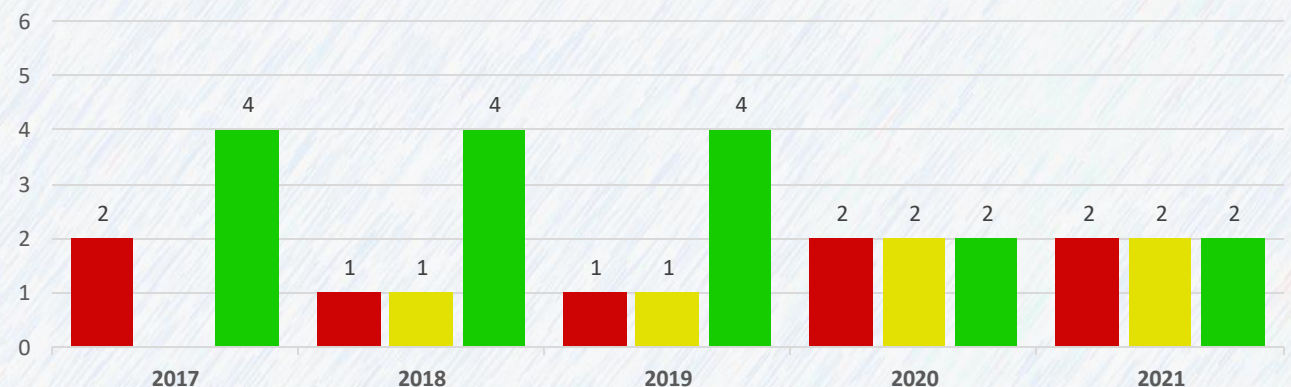


Os indicadores na faixa amarela e verde da ferramenta se mantiveram constantes ao longo dos anos. Esta constância, ainda que não negativa, é preocupante, uma vez que indica estagnação em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 5.



Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

Os municípios do CISGA estão **piorando** seu desempenho com relação ao ODS 6!

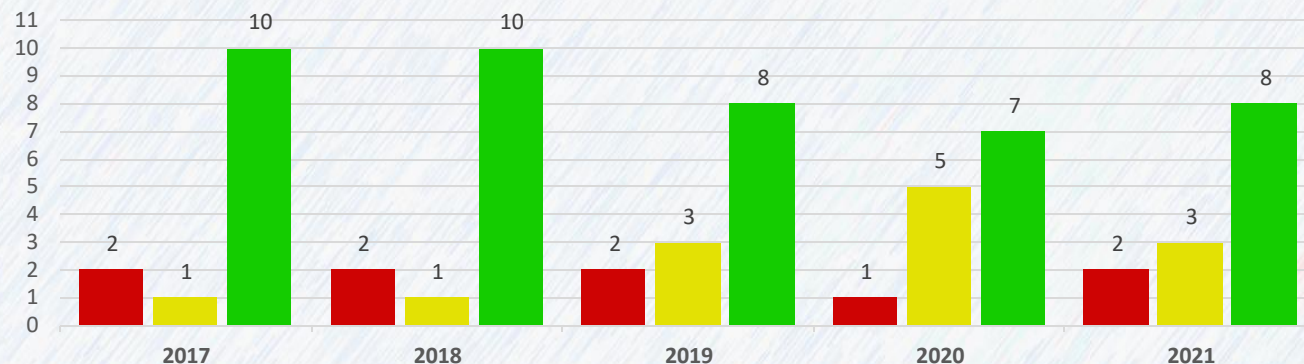


Durante o período, constatou-se redução de indicadores localizados na faixa verde da ferramenta. Tal movimento demonstra divergência em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 6.



Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Os municípios do CISGA estão **piorando** seu desempenho com relação ao ODS 8!

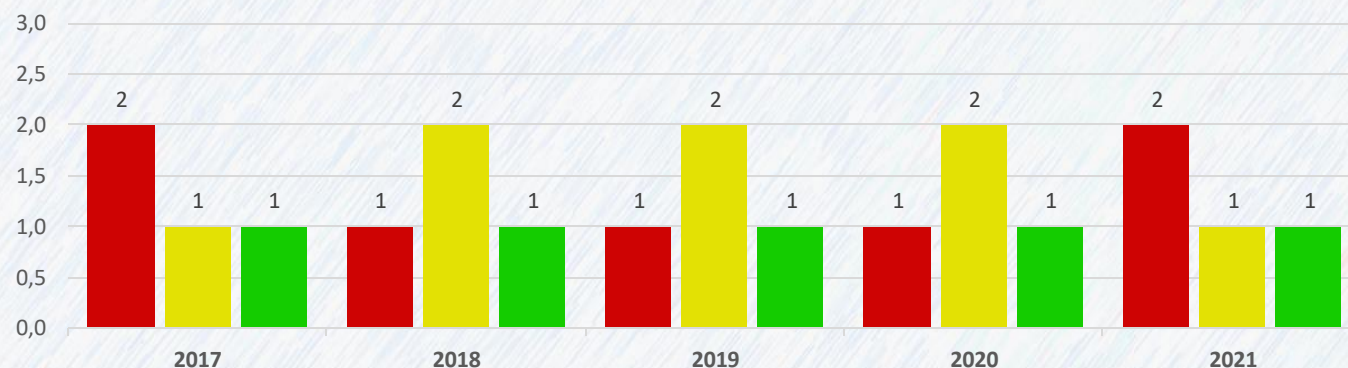


Em comparação com os anos iniciais (2017-2018), constatou-se redução de indicadores localizados na faixa verde da ferramenta. Tal movimento demonstra divergência em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 8.



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Os municípios do CISGA estão **piorando** seu desempenho com relação ao ODS 9!

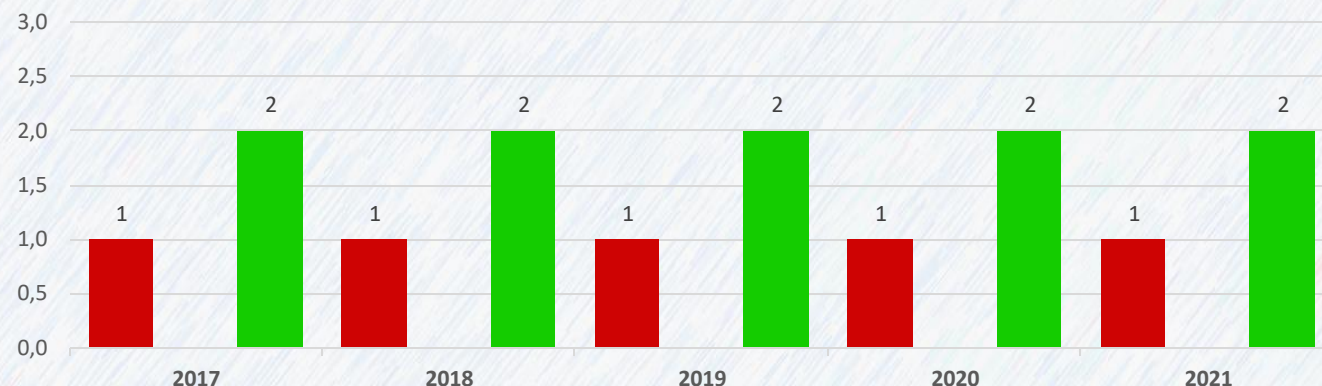


Constata-se um aumento dos indicadores na faixa vermelha da ferramenta, bem como uma redução dos índices na faixa amarela. Tal movimento demonstra divergência em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 9.



Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Os municípios do CISGA demonstram **estagnação** de seu desempenho com relação ao ODS 10!

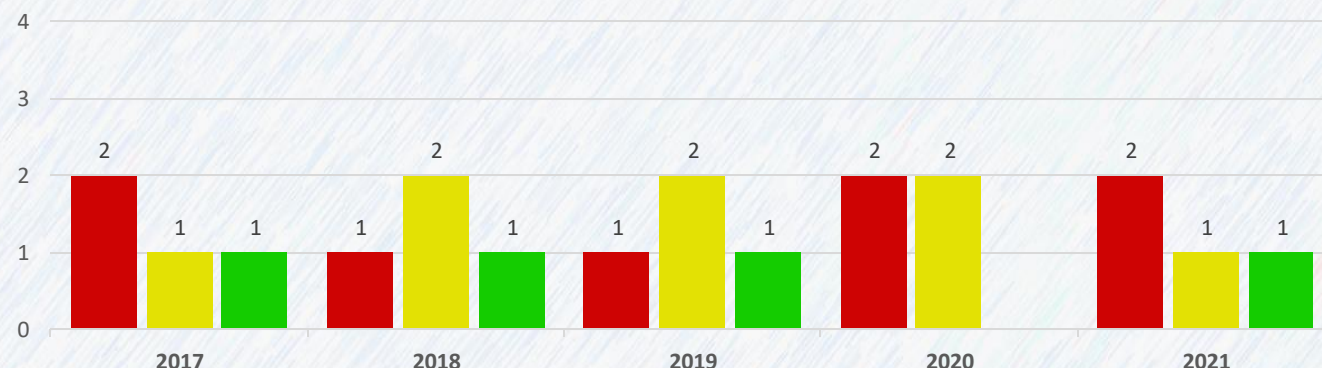


Os indicadores na faixa vermelha e verde da ferramenta se mantiveram constantes ao longo dos anos. Esta constância, ainda que não negativa, é preocupante, uma vez que indica estagnação em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 10.



Tornar cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Os municípios do CISGA demonstram **estagnação** de seu desempenho com relação ao ODS 11!

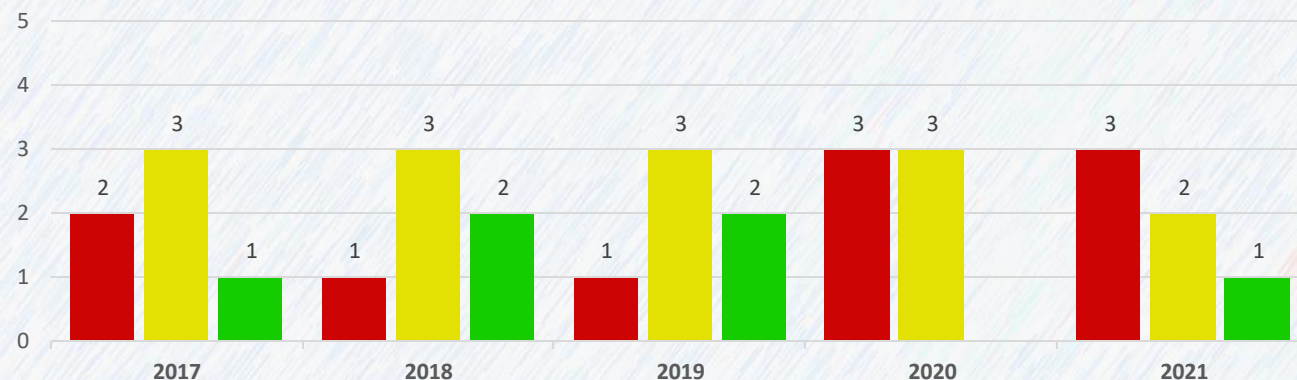


Os indicadores na faixa vermelha, verde e amarela da ferramenta se mantiveram constantes em comparação com 2017. Esta constância é preocupante, uma vez que indica estagnação em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 11.



Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Os municípios do CISGA estão **piorando** seu desempenho com relação ao ODS 12!

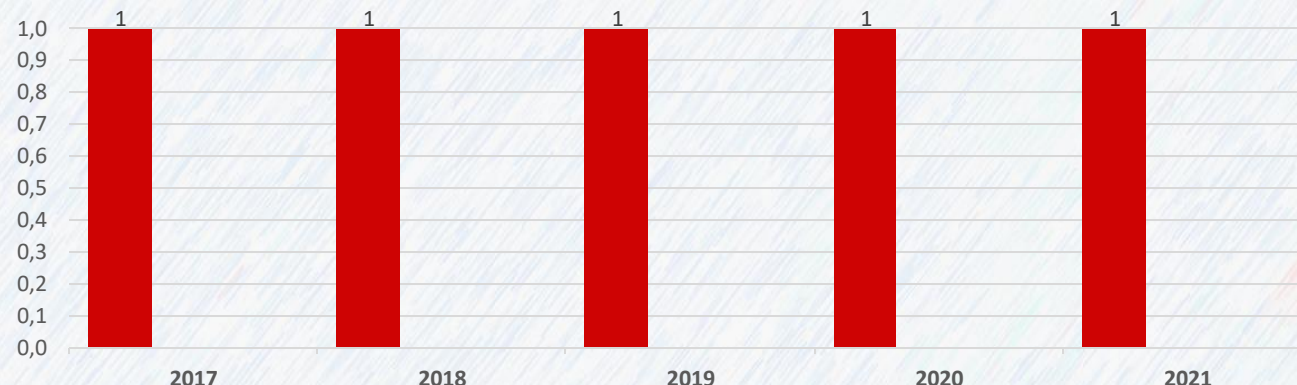


Constata-se um aumento dos indicadores na faixa vermelha da ferramenta, bem como uma redução dos índices na faixa verde e amarela. Tal movimento demonstra divergência em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 12.



Tornar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

Os municípios do CISGA estão **no mínimo** de seu desempenho com relação ao ODS 13!

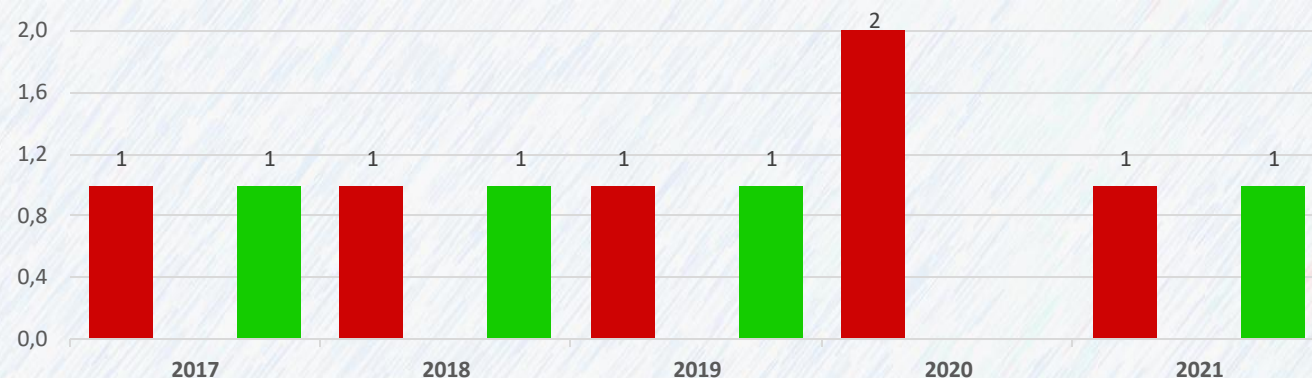


Observa-se uma manutenção do indicador do ODS 13 na faixa vermelha da ferramenta ao longo do tempo. Esta constância aponta para falta de aderência em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 13.



Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Os municípios do CISGA demonstram **estagnação** de seu desempenho com relação ao ODS 14!

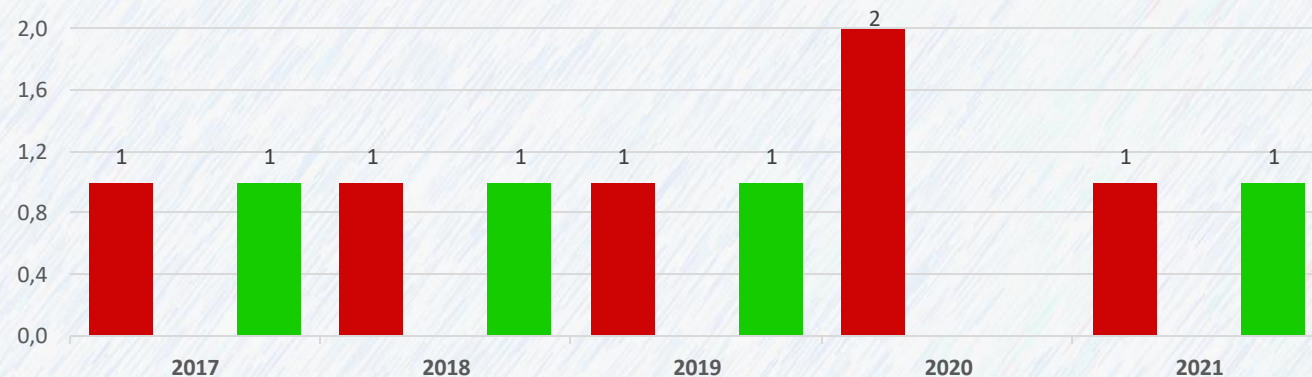


Os indicadores na faixa vermelha e verde da ferramenta se mantiveram constantes ao longo dos anos. Esta constância é preocupante, uma vez que indica estagnação em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 14.



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Os municípios do CISGA demonstram **estagnação** de seu desempenho com relação ao ODS 15!

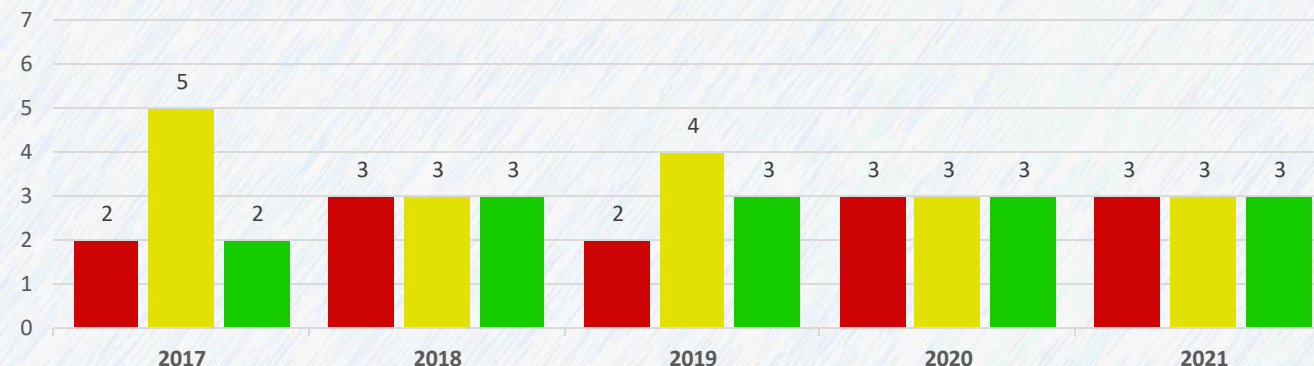


Os indicadores na faixa vermelha e verde da ferramenta se mantiveram constantes ao longo dos anos. Esta constância é preocupante, uma vez que indica estagnação em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 15.



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Os municípios do CISGA demonstram **estagnação** de seu desempenho com relação ao ODS 16!

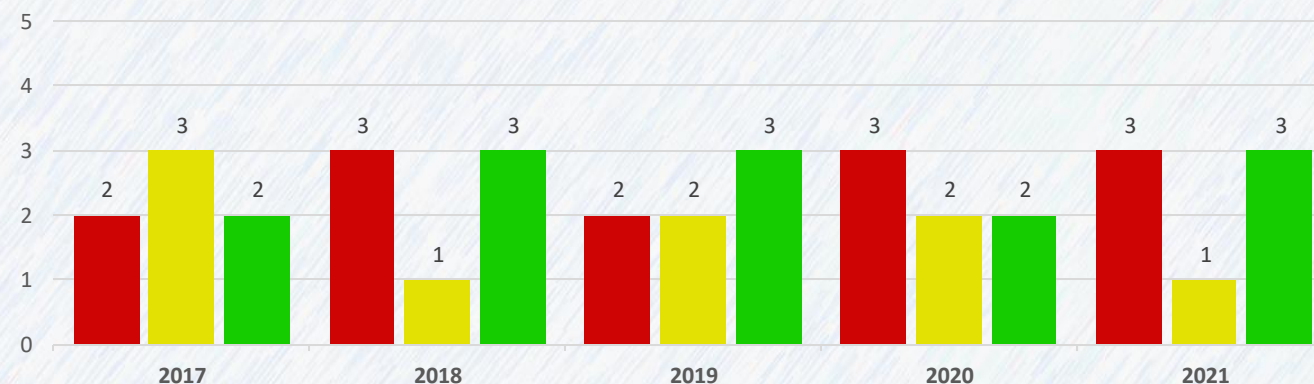


Os indicadores na faixa vermelha, verde e amarela da ferramenta se mantiveram constantes em comparação com 2018 e 2020. Esta constância é preocupante, uma vez que indica estagnação em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 16.



Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Os municípios do CISGA demonstram **estagnação** de seu desempenho com relação ao ODS 17!



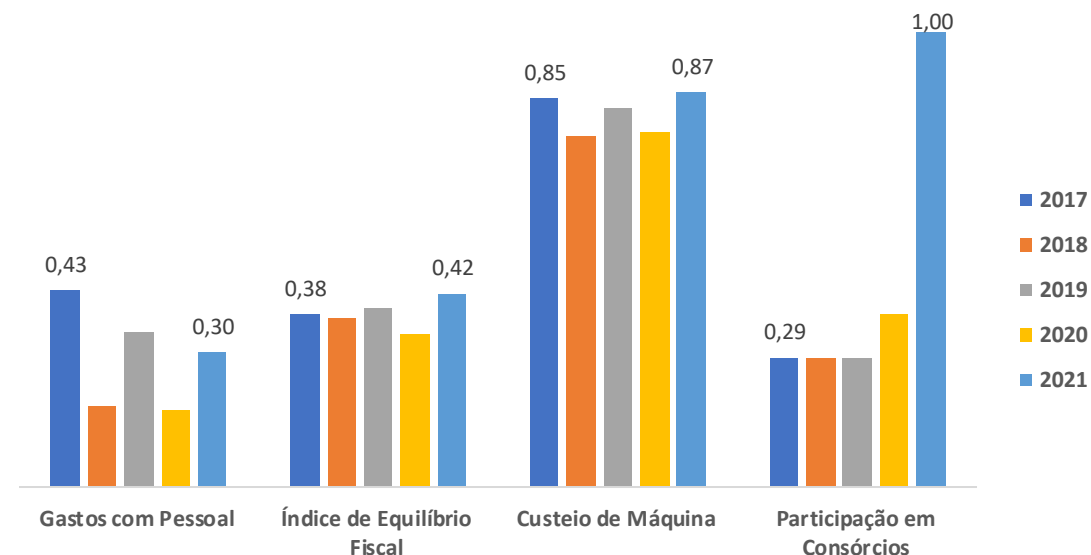
Os indicadores na faixa vermelha, verde e amarela da ferramenta se mantiveram constantes em comparação com 2018. Esta constância é preocupante, uma vez que indica estagnação em termos de alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 para o objetivo 17.

Mandala ODS – Eixo institucional

O Eixo institucional da Mandala ODS está focado na atuação do setor público municipal, mensurando aspectos que buscam avaliar a qualidade da gestão pública como um todo. Especificamente, os indicadores deste eixo correspondem a assuntos como orçamento municipal, transparência* e associação com outros municípios.

Os municípios do CISGA destacam-se por possuir uma boa gestão orçamentária em termos de manutenção da máquina pública, o que pode ser observado pelos altos índices do indicador **Custeio da Máquina** ao longo de todo o período. No entanto, percebe-se um descasamento entre as receitas e despesas da região. Embora o **Índice de Equilíbrio Fiscal** tenha aumentado em comparação com 2017, seu valor em 2021 ainda é próximo do piso de nota média da Mandala.

Um gerenciamento orçamentário eficiente é essencial para a elaboração de ações destinadas ao desenvolvimento urbano integrado e sustentável, tendo em vista que abre espaço para a formulação de novas políticas públicas. Embora os gastos com a máquina pública estejam controlados, deve-se atentar a pontos como folha de pagamentos e relação entre receitas e despesas da gestão municipal.



Destaque positivo: Custeio da Máquina Pública



Atenção: Índice de Equilíbrio Fiscal

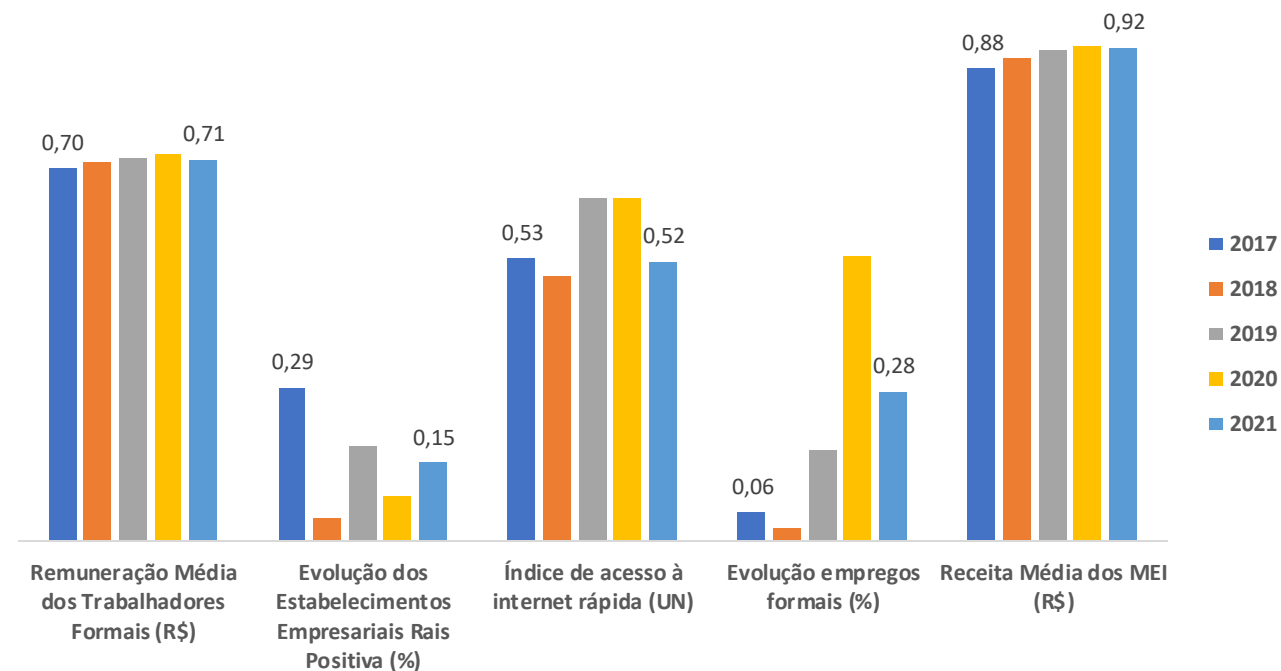
* Devido à falta de bases oficiais atualizadas sobre o tema, o Índice de Transparência foi retirado do Eixo institucional deste documento.

Mandala ODS – Eixo econômico

O Eixo econômico da Mandala ODS avalia a economia do município em questões de renda, infraestrutura e atividade econômica. Em detalhe, os indicadores deste eixo mensuram aspectos relacionados a remuneração dos fatores produtivos, empreendedorismo e infraestrutura para realização de atividades econômicas.

Nota-se uma oscilação no eixo econômico dos municípios do CISGA, com indicadores apresentando tendências de crescimento, decréscimo e estabilidade. Destaca-se a estabilidade dos indicadores de **Receita Média dos MEI** e **Remuneração dos Trabalhadores Formais**, permanecendo com índices no parâmetro alto da ferramenta ao longo dos anos. Como pontos de atenção, ressalta-se a tendência de piora da **Evolução dos Empregos Formais**, após o crescimento entre 2019 e 2020, além da nota baixa da **Evolução dos Empreendimentos Empresariais**.

Os municípios do CISGA se destacam em questões de rendimento, tanto para trabalhadores formais quanto para microempreendedores individuais. No entanto, a redução dos empregos formais da população associada à pouca evolução dos estabelecimentos empresariais são um ponto de atenção para a região. Devido à importância do setor terciário para os municípios e seu efeito multiplicador sobre a economia local, ressalta-se a necessidade de elaborar estratégias que atraiam e incentivem a abertura de novos empreendimentos.



Destaque positivo: Estabilidade da Receita Média dos MEI



Atenção: Evolução dos Estabelecimentos Empresariais

Mandala ODS – Eixo social

O Eixo social da Mandala ODS avalia indicadores relacionados à saúde e à educação nos municípios. Os indicadores deste eixo abordam temas como taxa de mortalidade de grupos vulneráveis, nível de aprendizado e taxa de abandono escolares.

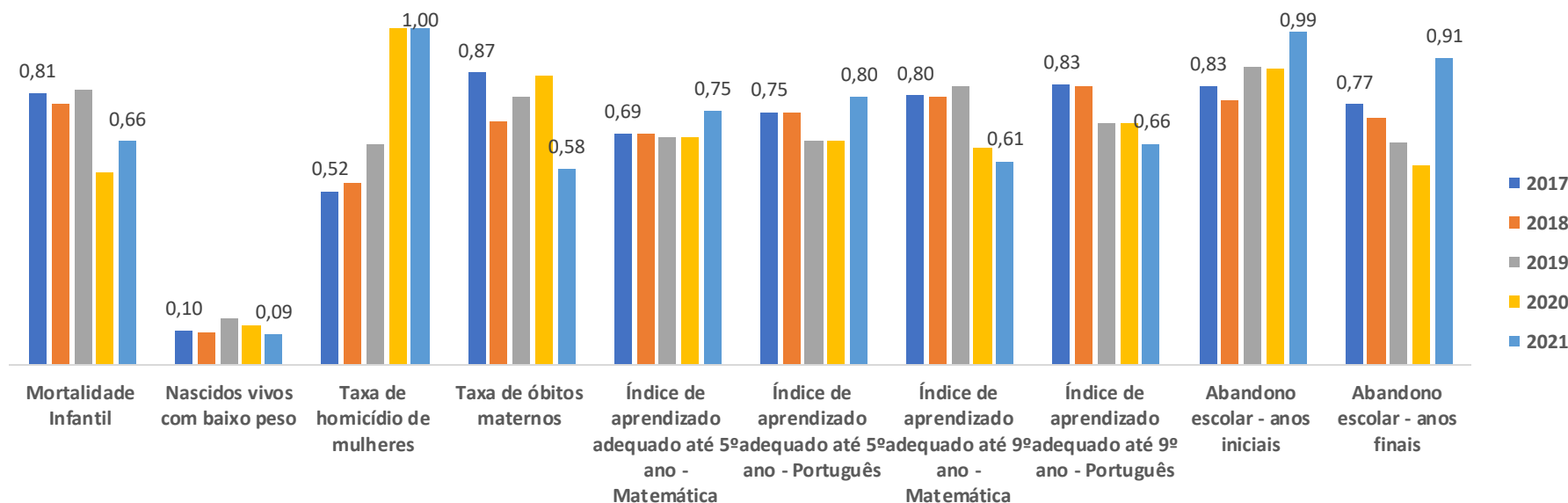
Em questões de saúde, percebe-se uma grande oscilação dos indicadores ao longo dos anos, com a maior parte dos índices diminuindo no tempo. Porém, o indicador **Taxa de homicídio de mulheres** obteve valor máximo em 2021, o que reflete uma evolução positiva das questões de

gênero. Além disso, a saúde dos mais jovens (principalmente crianças) merece atenção, pois afeta a capacidade da geração futura de contribuir para o desenvolvimento local.

Em relação à educação, observa-se que a maioria dos indicadores melhorou ao longo dos anos. A região de abrangência do consórcio apresenta baixas taxas de abandono escolar, percebidas pela nota alta nos indicadores **Abandono escolar – anos iniciais e anos finais**. Ressalta-se, porém, as quedas observadas nos **Índices de Aprendizado Adequado até o**

9º ano como pontos de atenção.

A educação é, em geral, uma das pautas prioritárias do setor público devido à sua importância para questões de desenvolvimento municipal, juventude e inclusão social. Nos municípios do CISGA, os bons índices de aprendizado adequado afetam a qualificação e a produtividade de médio e longo prazo da mão-de-obra local, o que corrobora com a efetividade de estratégias de desenvolvimento local no município.



Destaque positivo:
Abandono escolar nos anos iniciais



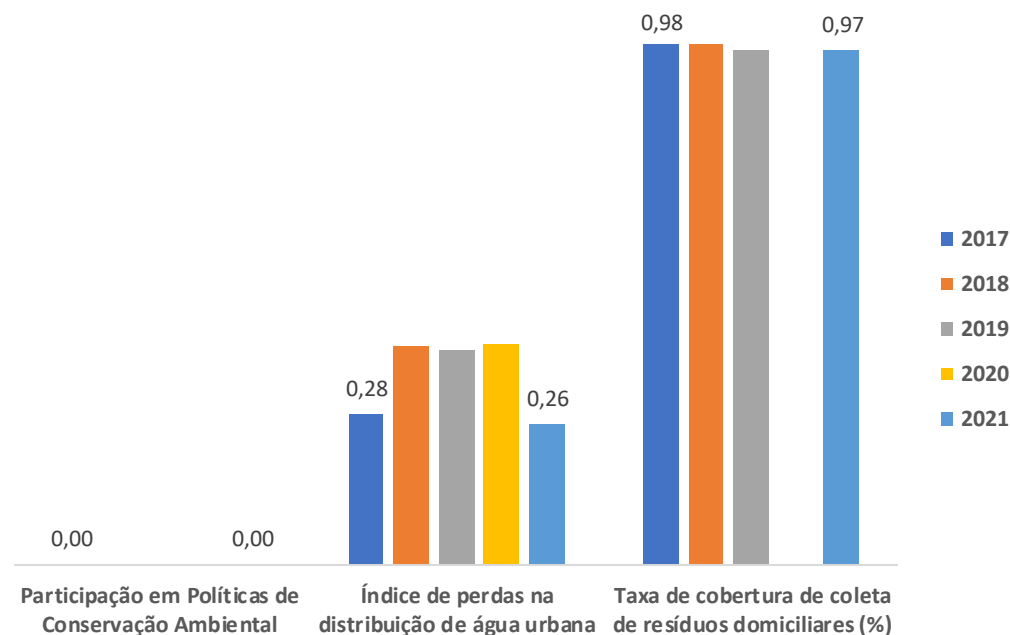
Atenção: Índices de aprendizado adequado até o 9º ano

Mandala ODS – Eixo ambiental

O Eixo ambiental da Mandala ODS analisa o município em relação às políticas públicas vinculadas ao bom uso dos recursos naturais e ao cuidado com a conservação do meio-ambiente. Especificamente, os quatro indicadores mensurados neste eixo são: (i) Participação em políticas de Conservação Ambiental; (ii) Índice de perdas na distribuição de água urbana; (iii) Índice de tratamento de esgoto – urbano; e (iv) Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares urbanos.

O panorama apresentado pela ferramenta é de manutenção do alto padrão em termos de **Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Domiciliares**. Cita-se a permanência do **Índice de perdas na distribuição de água urbana** na faixa baixa da ferramenta, além da ausência de **Participação em Políticas de Conservação Ambiental**.

O índice de Participação em Políticas de Conservação Ambiental é calculado por meio de resposta binária. Em casos de o município participar destas políticas o valor atribuído é 1. Caso contrário, o valor atribuído é 0. Especificamente para os municípios do consórcio, é possível que os valores sejam diferentes devido à ponderação para cálculo da Mandala na região de abrangência do CISGA.



Destaque positivo: Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares



Atenção: Índice de perdas de distribuição de água urbana

Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS)

O IDMS é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território.

Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades

municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável.

A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional.

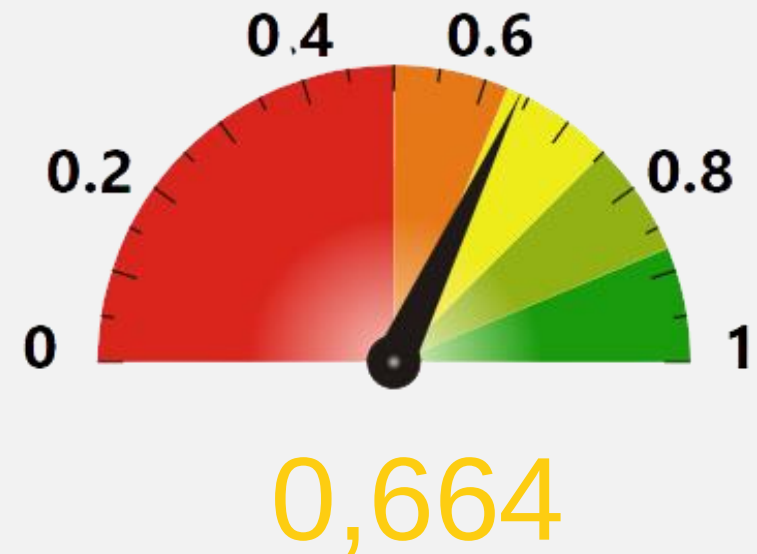
Cada uma das dimensões recebe uma pontuação que varia de 0 a 1 – a interpretação é que quanto maior a nota, mais desenvolvido é o

município em determinada dimensão. A classificação do IDMS é feita da seguinte forma: (i) baixo: 0,000 a 0,499; (ii) médio baixo: 0,500 a 0,624; (iii) médio: 0,625 a 0,749; (iv) médio alto: 0,750 a 0,874 (v) alto: 0,875 a 1,000.

Municípios do CISGA

O IDMS de 2020 dos municípios do CISGA foi computado em 0,664, nota média pelos parâmetros de classificação da ferramenta. Comparativamente, o IDMS estadual ficou abaixo do regional, calculado em 0,594.

Em relação às dimensões, o IDMS Sociocultural dos municípios do CISGA possui maior nota (0,740). As demais dimensões possuem as seguintes notas, em ordem decrescente: Econômica (0,701); Ambiental (0,640) e Político Institucional (0,571).



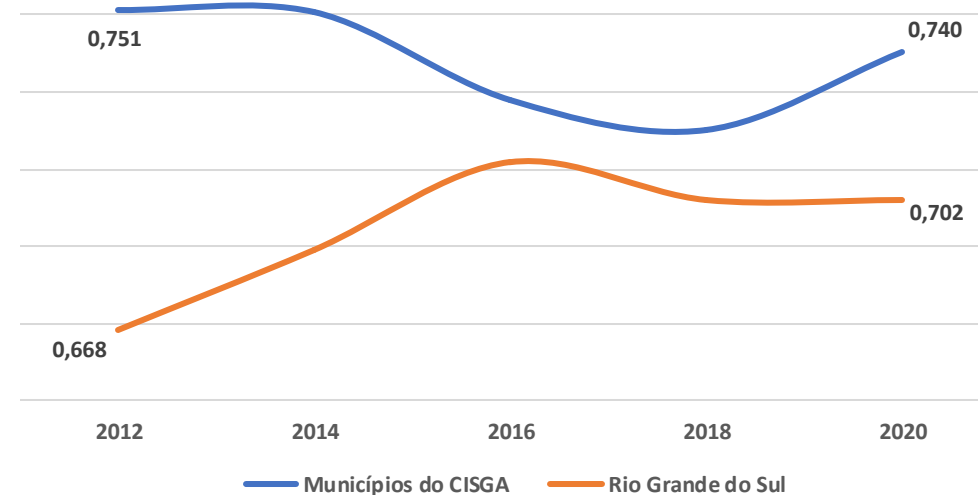
IDMS – Dimensão Sociocultural

O IDMS Sociocultural traça o perfil do município em aspectos relacionados à qualidade de vida dos habitantes e valorização da cultura local. Fazem parte desta dimensão variáveis relacionadas às subdimensões de educação, saúde, cultura e habitação.

Ao longo dos últimos anos, percebe-se uma tendência de piora no IDMS Sociocultural dos municípios do CISGA. O índice da região permaneceu acima do estadual em todos os anos, porém, há uma redução na distância entre os valores dos indicadores.

Em relação à subdimensão **Educação**, nota-se um parâmetro alto em **Infraestrutura Escolar (0,925)**. Já para a **Saúde**, o indicador **Cobertura de Atenção Básica** apresentou nota no parâmetro baixo (**0,330**).

Evolução da dimensão sociocultural do IDMS



Destaque positivo: Infraestrutura Escolar



Atenção: Cobertura da Atenção Básica

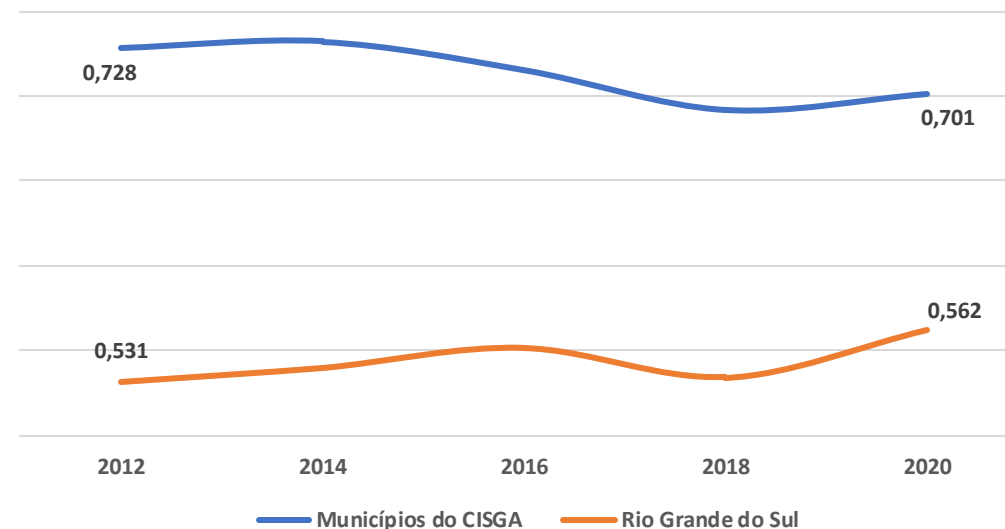
IDMS – Dimensão Econômica

O IDMS econômico analisa o município em questões relacionadas a sua organização produtiva e distribuição de recursos. Fazem parte desta dimensão indicadores vinculados às seguintes subdimensões: (i) agregação de valor econômico; (ii) dinamismo econômico; e (iii) nível de renda.

Ao longo dos últimos anos, percebe-se uma tendência de piora no IDMS Econômico dos municípios do CISGA. Nota-se que o indicador da região permaneceu superior ao estadual durante todo o período, embora a diferença entre estes tenha diminuído.

Sobre o indicador **Nível de Renda**, a variável **Domicílios em Extrema Pobreza** possui índice na faixa média alta de classificação, o que é positivo. O indicador **Agregação de Valor Econômico**, que mensura variáveis de arrecadação do governo municipal, está na faixa média de classificação do IDMS. A arrecadação do **ICMS per capita** é um ponto de atenção, recebendo nota baixa (**0,422**).

Evolução da dimensão econômica do IDMS



Destaque positivo: Domicílios em extrema pobreza



Atenção: ICMS per capita

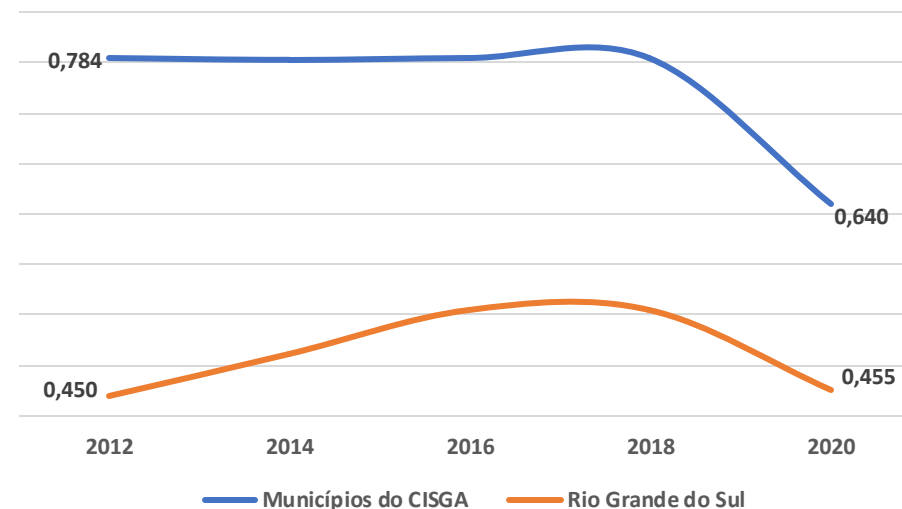
IDMS – Dimensão Ambiental

Complementarmente à Mandala ODS, o IDMS Ambiental traça o perfil do município em questões que relacionam meio-ambiente e bem-estar da população; avaliam a aderência municipal às grandes agendas ambientais; e consideram o impacto do desmatamento de matas e florestas naturais. São 3 os indicadores nesta dimensão, sendo eles: (i) cobertura de saneamento básico, (ii) gestão ambiental e (iii) preservação ambiental.

Observa-se uma piora expressiva no IDMS Ambiental dos municípios do CISGA a partir de 2018. O índice do consórcio permaneceu acima do estadual em todos os anos, porém há uma redução na distância entre os valores dos indicadores. Os indicadores de **Preservação Ambiental** e **Gestão Ambiental** apresentaram parâmetro **médio baixo**. Entretanto, **Cobertura do Saneamento Básico** situou-se no parâmetro alto (**0,921**).

A questão ambiental é um ponto de atenção para a região de abrangência do CISGA, tendo em vista sua relevância para a sustentabilidade das estratégias de desenvolvimento. Ressalta-se a necessidade melhoras graduais na gestão e preservação ambiental, que pode ser feita pela elaboração de planos de ação para implementação de práticas sustentáveis nos municípios.

Evolução da dimensão ambiental do IDMS



Destaque positivo: Cobertura do Saneamento Básico



Atenção: Gestão ambiental

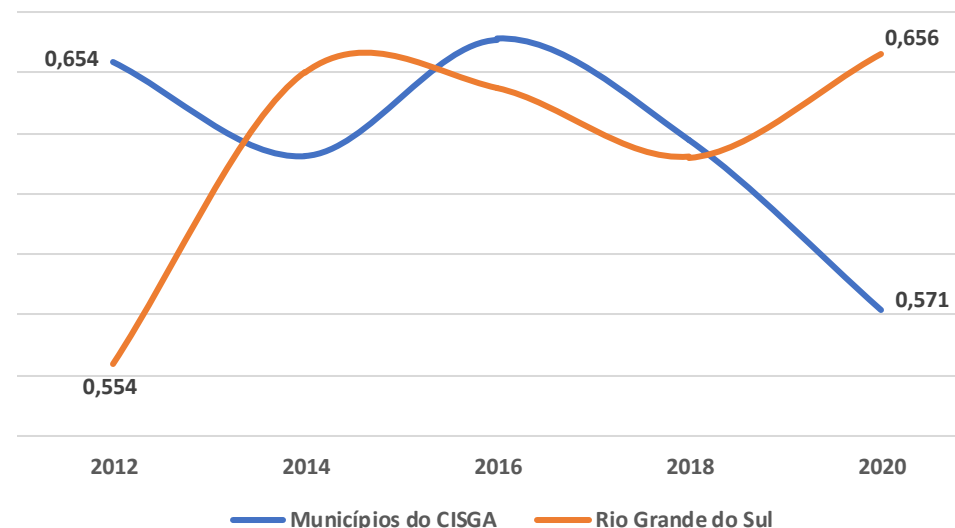
IDMS – Dimensão Político-institucional

O IDMS Político-institucional avalia aspectos relacionados à qualidade da gestão do setor público municipal. Esta dimensão utiliza indicadores vinculados às seguintes: (i) finanças públicas, (ii) gestão pública e (iii) participação social.

A dimensão político-institucional do IDMS apresenta oscilações nos municípios do CISGA ao longo do tempo. A superioridade do índice do consórcio em 2012 foi sucedida pela tendência de crescimento acentuado do índice estadual, que permaneceu acima do regional em 2014 e 2020. Sobre os indicadores, os municípios se destacam em questões de **Gestão Financeira (1,000)** e **Capacidade de Planejamento (0,969)**. Por outro lado, a **Participação Eleitoral (0,019)** é um ponto de atenção importante.

Considerando as agendas internacionais nas quais a abordagem do InovaJuntos está baseada, a inclusão social e protagonismo local são extremamente importantes para o desenvolvimento urbano integrado e sustentável. Nesse sentido, os indicadores apresentados sugerem a necessidade de estratégias (como campanhas de conscientização da população sobre a importância do voto) de atração populacional para participação nos pleitos eleitorais.

Evolução da dimensão político-institucional do IDMS



Destaque positivo: Gestão Financeira



Atenção: Participação Eleitoral

Cronograma de atividades

As atividades desenvolvidas pela equipe InovaJuntos nos municípios do CISGA iniciaram-se pelas entrevistas qualificadas, tendo representações do setor público como ponto de partida. Durante o diálogo, ouviu-se **prefeitos** e **secretários** dos municípios de abrangência do consórcio.

O segundo segmento entrevistado foi a sociedade civil organizada, no momento representados por membros de conselhos, associações, sindicatos e instâncias dos municípios do consórcio. Por fim, conversou-se com instituições de ensino, representados por membros da Universidade de Caxias do Sul.

No quarto dia de programação, ocorreu uma apresentação sobre o CISGA, de modo a contextualizar e explicar a estrutura e as atividades do consórcio para a equipe InovaJuntos. O destaque ao longo deste momento foi o processo de licitações compartilhadas.

Durante as visitas, a equipe InovaJuntos pode conhecer algumas boas práticas realizadas nos municípios do consórcio, além de visualizar os atrativos turísticos da Serra Gaúcha. O momento mostrou-se oportuno para o reconhecimento dos potenciais de desenvolvimento na região, bem como a percepção de algumas das dificuldades apontadas durante as entrevistas.

10/10	11/10	12/10	13/10
Representantes do Comitê de Administração e Coordenadores das Câmaras Setoriais do CISGA	Representantes da Sociedade Civil Organizada	Realização de Roteiro Turístico – principais atrações da Serra Gaúcha	Reunião com corpo técnico do CISGA
Visitas técnicas: – Sistema de Inspeção Municipal (adesão Sisbi); – Projeto CONSIM; – Vista Valbrenta.	Representantes das Instituições de Ensino Visita técnica: – Projeto de destinação de resíduos sólidos urbanos (Universidade de Caxias do Sul)		Apresentação de boas práticas de destinação de resíduos sólidos urbanos por consórcio empresarial alemão – parceria CISGA

Nuvem de palavras

A técnica de análise empregada consiste em **análise de conteúdo e de narrativa** dos diálogos realizados durante as entrevistas qualificadas e visitas técnicas, de modo a evidenciar **percepções** e **crenças** que dificilmente poderiam ser reduzidas à quantificação e operacionalização usual por meio de variáveis quantitativas.

O principal intuito das entrevistas era fornecer à equipe InovaJuntos melhor compreensão sobre o contexto geral do município, suas **nuances** e **particularidades**. Ao longo das entrevistas, alguns tópicos apareciam de forma recorrente entre os setores entrevistados, os quais estão destacados na nuvem de palavras ao lado.



Ao longo das entrevistas, ficou evidente a consciência e a percepção dos habitantes acerca dos potenciais da região. Grande destaque foi dado à **indústria de base tradicional**, em especial a metal mecânica, considerada o grande motor do desenvolvimento da Serra Gaúcha.

Apesar da forte relevância do setor industrial, de forma unânime, os entrevistados de todos os segmentos chamaram a atenção para o **potencial turístico** do território. As fortes tradição e cultura italianas, associadas às belezas naturais e à produção da **agroindústria familiar** (como **vinhos**) reforçam a região como um dos principais destinos turísticos do Brasil. A paisagem da serra gaúcha foi identificada como um de seus grandes patrimônios, embora tenha-se chamado atenção ao fato de que sua matriz produtiva fortemente industrializada acaba por dificultar seu aproveitamento de forma mais efetiva.

Para além dessa difícil conciliação entre a matriz produtiva e a necessidade de estímulo à práticas produtivas mais verdes, integradas à preservação ambiental, duas importantes limitações regionais apareceram com frequência: a qualidade da **educação** e o papel da **juventude** local.

Percebe-se um importante contraste entre os profissionais ativos no momento, especialmente aquela faixa mais sênior entre os 35 e 50 anos, com o prospecto da próxima geração de profissionais. Diferentemente dos altos padrões de educação e qualificação verificados nestes profissionais sêniores, os jovens em idade escolar na região apresentam níveis de proficiência educacional progressivamente menores no tempo.

Soma-se a esta dificuldade de qualificação de jovens, sua evasão para regiões com matrizes produtivas menos tradicionais, que acabam se mostrando mais atraentes para jovens em busca de atividades pautadas em inovação, ciência e tecnologia.

Em relação ao papel e relevância do CISGA para a região, percebeu-se amplo reconhecimento acerca de sua importância. O consórcio foi criado com o objetivo de trazer mais desenvolvimento para o território, prezando pela sustentabilidade e pela integração regional. Atualmente, trabalha com a licitação compartilhada e contribui para a inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) na forma de se pensar o desenvolvimento da Serra Gaúcha.

Apesar do reconhecimento sobre os importantes serviços prestados, durante as conversas, apontaram-se alguns pontos que dificultam a atuação e a implementação de iniciativas pelo consórcio. Dentre os problemas mais citados, destacam-se a pouca visibilidade do consórcio e problemas de comunicação entre a estrutura do consórcio e equipes de gestão nos municípios consorciados.

Apontou-se a necessidade de uma maior compreensão dos objetivos e finalidades da atuação consorciada, de modo a reforçar o entendimento de suas atribuições e competências. Dessa forma, seria possível garantir maior engajamento no municípios consorciados, melhorando o relacionamento com o consórcio e para com os demais consorciados. É importante que todos compreendam que o CISGA não se

Outro ponto comentado foi relacionado a recursos humanos. A equipe do CISGA é bastante enxuta, o que dificulta a expansão de suas funções. Por outro lado, esta mesma estrutura enxuta, garante maior eficiência gerencial ao consórcio, ampliando sua relação benefício/custo para os consorciados.



Entrevistas qualificadas com representantes do setor público

O primeiro contato entre a equipe InovaJuntos e o setor público aconteceu no dia 10/10/2022. Foram ouvidos representantes do Comitê de Administração e Coordenadores de Câmaras Setoriais do Consórcio.

Na primeira parte da entrevista qualificada, a equipe InovaJuntos buscou identificar as principais limitações em termos de capacidades institucionais dos municípios do CISGA. Este é um questionamento específico para o setor público, que procura verificar os empecilhos mais relevantes para a formulação de políticas públicas, com destaque em ações relacionadas à cultura e inclusão social.

Em segundo momento, tratou-se de assuntos relacionados às potencialidades dos municípios. A partir da visão dos representantes do setor público, mapeou-se as vocações da região.



Dentre os principais apontamentos, destacam-se:

01

O consórcio trabalha com problemas comuns a todos os municípios, como a destinação de resíduos sólidos;

02

Falta entendimento entre os municípios sobre as atribuições e competências de um consórcio;

03

Na região, há potencial para uma maior exploração do turismo e da agroindustrialização familiar;

04

Uma das deficiências do consórcio está na pouca visibilidade por parte de alguns municípios.

Entrevistas qualificadas com representantes da sociedade civil organizada

O primeiro contato entre a equipe InovaJuntos e a sociedade civil organizada aconteceu no dia 11/10/2022. Foram ouvidos membros de sindicatos, associações, instâncias e conselhos dos municípios consorciados.

Durante a conversa, o foco da equipe InovaJuntos foi compreender as perspectivas sobre a atuação consorciada. Abordou-se questões como limitações da região e do consórcio, assim como potenciais para desenvolvimento da região.



Dentre os principais apontamentos, destacam-se:

01

Um dos principais desafios do consórcio é manter uma unidade de propósitos comuns e preservar as especificidades de cada município;

02

Há necessidade de mais união entre os municípios que participam do CISGA;

03

Agricultura, turismo e esporte são alguns dos potenciais da região;

04

Faltam recursos humanos para trabalhar os potenciais da região.

Entrevistas qualificadas com representantes das instituições de ensino

O primeiro contato entre a equipe InovaJuntos e as instituições de ensino aconteceu no dia 11/10/2022. Foram ouvidos membros das instituições de ensino superior, especificamente da Universidade de Caxias do Sul.

Ao entrevistar este grupo, a equipe InovaJuntos buscou entender a dinâmica educacional dos municípios do CISGA. Perguntou-se a respeito da oferta de educação na região, perspectivas profissionais dos alunos e dificuldade relacionados à educação, assim a interação entre as instituições de ensino de diferentes municípios da região.



Dentre os principais apontamentos, destacam-se:

01

A região é altamente industrializada e existem parques de ciência e tecnologia que precisam ser melhor explorados;

02

Há uma preocupação com a educação básica. Como exemplo, a evasão escolar é relevante no ensino médio;

03

A ampliação da infraestrutura regional é uma limitação entre os municípios;

04

Os jovens da região não se enxergam como protagonistas da sociedade.

Cenário amplo do município

A equipe InovaJuntos se reuniu no final de cada dia de entrevistas qualificadas e visitas técnicas com o intuito de compilar todas as informações obtidas, definir os pontos que deveriam ser colocados no diagnóstico e alinhar as estratégias de condução das próximas atividades. A partir das informações coletadas, das experiências vividas pela equipe e da análise dos indicadores dos municípios, foi possível elaborar um cenário amplo dos municípios da região de abrangência do CISGA, que seria apresentado na oficina de validação.

Também foram realizadas pesquisas bibliográficas para complementarem e reforçarem as informações coletadas. O objetivo era pré-identificar quais as principais práticas e políticas utilizadas, atualmente, para o desenvolvimento de vocações. O principal assunto estudado foi em relação ao consorciamento e soluções conjuntas



A oficina contou com diversos entrevistados de diferentes segmentos (sociedade civil organizada, instituições de ensino e setor público). Tratou-se de um momento de conscientização coletiva sobre os principais pontos e perspectivas sistematizados ao longo das etapas do diagnóstico, apresentando a todos os participantes uma diversidade de olhares que não apenas os seus próprios.

Cientes da devolutiva que lhes foi apresentada, os atores-chave locais validaram os pontos de melhoria e vocações sugeridos, além de terem levantado alguns pontos de refinamento sobre a realidade regional.



Vocações regionais

A estratégia de desenvolvimento da região que contempla o CISGA é pautada em **dois eixos**: (i) naturais; e (ii) vocações induzidas. A região de abrangência do consórcio apresenta padrão elevado de desenvolvimento, necessitando de planos de ação e políticas que permitam **incrementar** o avançado cenário socioeconômico e ambiental de seus municípios.

As vocações naturais da região já são exploradas de forma bem sucedida, como é o caso do **turismo** e das **indústrias de base tradicional**. Ademais, a indução da **agroindustrialização** é uma realidade nos municípios do CISGA, porém há espaço e oportunidade para fortalecê-las e expandi-las.

Os bons indicadores regionais demonstram a preocupação dos governos locais com pautas internacionais relevantes, como acesso à saúde, educação ambiental, equidade de gênero e distribuição de renda. Assim, a estratégia para um desenvolvimento urbano mais integrado e sustentável na região deve estar pautada em estímulos diretos ao **alcance das metas** estabelecidas pelos ODS, consolidando a região como referência nacional.

Em relação às vocações induzidas, o plano de ação para desenvolvimento consiste no **estímulo** ao desenvolvimento regional em diversos aspectos socioeconômicos. Os benefícios vinculados à implementação de um parque tecnológico são diversos, como: disseminação de conhecimento; ganhos na competitividade de empreendimentos; estímulos à pesquisa; e criação de ideias ou empresas inovadoras.

Vocações naturais



- Turismo
- Indústria de base tradicional
- Agroindustrialização



Vocações induzidas

- Inclusão de estratégias vinculadas aos ODS na matriz produtiva
- Parque tecnológico

Vocações naturais

► Breve Histórico

Vocações naturais são aquelas que fazem com que um município ou região possua vantagem competitiva em determinada atividade econômica. Por exemplo, se uma região possui clima e solo favoráveis para o cultivo de produtos agrícolas, a agropecuária é uma de suas vocações naturais.

Os municípios participantes do CISGA se concentram na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, na Serra Gaúcha. Colonizados por europeus, especialmente italianos e alemães, o território de abrangência do consórcio mantém forte tradição europeia.

Considera-se que as vocações naturais da região de abrangência do CISGA apresentam exploração de maneira estruturada e bem consolidada. Dessa forma, o foco estratégico deve

ser voltado à indução de vocações que possam agregar valor à dinâmica econômica regional.

A indústria de base tradicional é uma das principais atividades econômicas da região, sendo celeiro e polo metalmecânico, moveleiro, vitivinícola e hortifrutigranjeiro. Além disso, a região da Serra Gaúcha possui uma significativa base econômica no segmento da agropecuária e um grande potencial para o desenvolvimento mais acelerado das atividades agroindustriais.

Tal fato decorre principalmente das excelentes condições naturais (composição do solo, clima, precipitações pluviométricas, etc.) e o espírito empreendedor e cooperativista da população local. Em especial, a agroindustrialização familiar desponta como importante potencial regional.

O turismo também é forte na região. As tradições e os costumes europeus, associados às belezas naturais, propiciam uma forte atividade turística na região, fazendo com que a Serra Gaúcha seja considerada um dos roteiros mais visitados do Brasil, nos últimos anos. As predominantes tradições germânica e italiana estimularam a exploração da gastronomia tipicamente europeia, com os vinhos e espumantes finos como um dos principais atrativos.

Ademais, a combinação do clima característico com as raízes arquitetônicas do velho continente trazem um diferencial para a experiência turística nos municípios, beneficiando a criação e exploração de rotas regionais. Outros atrativos, como cachoeiras, grutas e trilhas, possibilitam ainda a exploração do turismo verde e de aventura.



Vocações induzidas

► Inclusão de estratégias vinculadas aos ODS na matriz produtiva

O atual debate sobre desenvolvimento urbano traz os conceitos de integração e sustentabilidade como pontos fundamentais para uma estratégia eficaz e duradoura. A preocupação com sustentabilidade remete à importância de se garantir que os efeitos positivos do desenvolvimento consigam ser percebidos também a longo prazo, pelas gerações futuras.

Por sua vez, pensar o desenvolvimento urbano de forma integrada é essencial para que a melhoria de qualidade de vida apresente efeitos de escala, resultantes da multiplicação de esforços em mesma direção, e que seja percebida pela maior quantidade e diversidade de habitantes possível.

Pode-se pensar em integração por duas óticas distintas: (i) a integração entre setores permite que esforços conjuntos sejam empregados em áreas como saneamento básico, energia, transporte, entre outros; (i) enquanto a integração entre pessoas possibilita a articulação comunitária, em prol de um objetivo comum.

Com elevado nível de maturidade socioeconômica, a região de influência do CISGA

encontra-se em posição estratégica para endereçar esforços diretamente à contribuição para as agendas internacionais de desenvolvimento (como os ODS e a nova Agenda Urbana). Dessa forma, pode-se assumir posição de liderança nacional, contribuindo com boas práticas replicáveis para o restante do estado, região e país.

A inovação também é muito importante para o desenvolvimento, trazendo novas ideias e soluções visando a melhorias socioeconômicas e ambientais. A estruturação de um parque tecnológico, citada como potencial econômico para os municípios do CISGA, possui este grande potencial inovativo.

Os desafios para o desenvolvimento regional giram em torno da inclusão social e sustentabilidade produtiva, especialmente vinculados à questão demográfica. Devido à configuração etária da população e a importância de pautas como preservação ambiental e equidade de gênero no contexto mundial, o crescimento urbano deve vir acompanhado por estratégias capazes de gerar benefícios no médio e longo prazo.

Deve-se pensar em políticas e ações que estimulem a atratividade regional para jovens, fortalecendo práticas de inclusão digital e agregação de valor via estímulo à inovação e tecnologia da informação. O olhar deve estar voltado à melhoria de aspectos transversais da qualidade de vida a médio prazo, garantindo estabilidade e condições mais favoráveis no longo prazo para sua população progressivamente mais envelhecida.



► Parque Tecnológico

Vocações induzidas são aquelas provocadas de forma deliberada por meio de políticas públicas e articulações intersetoriais. A ideia por detrás da indução de vocações é criar condições que façam com que um município ou região alcance certa vantagem competitiva em determinada atividade econômica.

Parques tecnológicos são ambientes que promovem inovação e cultura visando ganhos em termos de produtividade e competitividade de empreendimentos. Alguns dos ganhos gerados por estes espaços são: (i) redução de gastos, gerando maior eficiência de recursos para projetos de pesquisa; (ii) disponibilidade de infraestrutura que favorece a inovação; e (iii) maior articulação entre instituições de ensino, governos, empresas, entidades de classe e outras organizações.

Para os municípios do CISGA, parques tecnológicos podem potencializar a forte indústria regional, preparando-a para o futuro e ampliando sua eficiência no uso de recursos naturais. De forma geral, estes ambientes tem a capacidade de impulsionar ainda mais o desenvolvimento regional, e resultar em uma melhoria na competitividade e sustentabilidade das cadeias produtivas regionais.

O desenvolvimento de competências relacionadas à estruturação de parques tecnológicos já iniciou-se nos municípios do CISGA. As condições naturais, a identidade cultural e o crescimento e a pujança da economia, além de uma boa estrutura tecnológica instalada, favorecem o fortalecimento das estruturas de inovação e difusão tecnológica. Logo, há condições reais para atuação inovadora em empreendedores locais, reforçando o número de negócios de base tecnológica.

A integração é importante também se tratando da perspectiva regional. A cultura de associativismo, difundida entre os municípios, mostra-se essencial para que o desenvolvimento ocorra nos grandes, médios e pequenos municípios, fortalecendo a região de abrangência do CISGA como um todo.

Ressalta-se que fortalecer e aproximar setores de ensino e pesquisa às demandas do setor produtivo nas áreas de tecnologia, computação e inovação será fundamental ao desempenho de longo prazo da região.

UFRGS e Prefeitura de Farroupilha formalizam instalação de Escritório de Inovação na Serra



Limitações regionais

A limitada **integração regional e institucional** corresponde a um dos principais fatores que dificulta a sustentabilidade de estratégias de desenvolvimento na região que contempla o CISGA. Entende-se que o planejamento e a comunicação local, ainda que internamente eficientes, encontram-se concentrados dentro de cada setor, com pouca interação entre os diversos *stakeholders* da região.

Em especial, as dificuldades de integração regional impactam outros aspectos centrais ao desenvolvimento, tais como a **infraestrutura**, que apesar de ser boa comparativamente aos níveis nacionais, apresenta pouco espaço para ampliação. As principais debilidades da infraestrutura, que merecem um tratamento especial por parte dos principais atores regionais, identificam-se como: a deficiência da infraestrutura viária (rodovias, ferrovias e transporte aéreo), bem como de energia elétrica e a, por vezes, inadequada disposição dos resíduos sólidos gerados pelos setores primário e secundário.

A **disponibilidade de mão-de-obra** é uma dificuldade percebida de forma ampla na região. Há indícios de **fuga de jovens**, que migram para estados mais tecnologicamente dinâmicos, como o vizinho Santa Catarina. Este movimento se dá pela percepção de atratividade vinculada às oportunidades de emprego e renda, especialmente nos setores de inovação e tecnologia.

A educação é, em geral, uma das pautas prioritárias do setor público devido à sua importância para questões de desenvolvimento municipal, juventude e inclusão social. Na regional do CISGA, percebe-se espaço para melhorias na **qualidade da educação básica**, com o intuito de corroborar com a qualificação e a produtividade de médio e longo prazo da mão-de-obra regional.



Integração regional e institucional

Qualidade da educação básica



Disponibilidade de mão de obra

Infraestrutura



Fuga de jovens

► Integração regional e institucional

A integração regional tem como meta a implementação de iniciativas em conjunto, com o objetivo de beneficiar não apenas um município isoladamente, mas toda sua rede de influência. A integração institucional é essencial neste sentido, garantindo que as gestões públicas estejam coordenadas para o planejamento e execução de ações que visam a atender toda uma região.

A baixa integração corresponde a um fator que dificulta a sustentabilidade de estratégias de desenvolvimento urbano regional. Esta limitação dificulta que as ações de fomento socioeconômico, ambiental ou institucional gerem os desejados efeitos em cadeia na região.

Outro importante ponto levantado diz respeito à pouca integração entre os municípios que compõem o consórcio. Entende-se que há a necessidade de ampliar os diálogos entre as instituições locais, visando ao esforço conjunto para o desenvolvimento territorial.

A disseminação, entre a população, de informações sobre as vantagens da colaboração e da atuação consorciada é um primeiro passo eficiente para incentivar uma maior integração regional. A pesquisa, o conhecimento e a divulgação de iniciativas bem sucedidas de consorciamento podem aumentar o engajamento e incentivar a participação dos municípios. Assim, possibilita-se a mudança de perspectiva entre as instituições.

► Disponibilidade de mão de obra

A qualificação profissional está relacionada ao desenvolvimento urbano integrado e sustentável de um território. Níveis mais altos de produtividade estão associados a maiores salários, beneficiando diretamente o bem-estar da população e fomentando a movimentação econômica. Em especial, ressalta-se a importância de capacitações específicas para mulheres e jovens, de modo a aumentar sua inclusão e ampliar suas perspectivas de emprego no território.

A disponibilidade da mão de obra é um entrave para os municípios do CISGA, pois dificulta a diversificação e sustentabilidade de sua matriz produtiva. A baixa disponibilidade de trabalhadores locais para atuar no próprio território, especialmente em posições de entrada, estimula a importação de capital humano de forma temporária, reduzindo o efeito multiplicador positivo da diversificação produtiva sobre a qualidade de vida local (em razão da fuga de capitais, por exemplo).

Ademais, o próprio padrão demográfico da região mercê atenção: baixa taxa de natalidade, associada a um aumento da expectativa de vida. A continuidade desta tendência levará à necessidade de estratégias que garantam melhor incorporação de capital humano externo nas atividades e modo de vida da região, contribuindo para maior diversidade e, conseqüentemente, estimulando práticas inovadoras.

O estímulo à realização de eventos para fortalecimento das redes de contatos entre setor produtivo, sociedade civil organizada e instituições de ensino é uma maneira eficiente para alinhar as percepções e potencializar atuações cooperadas voltadas ao mercado de trabalho regional. A partir dessa interação, possibilita-se a estruturação de soluções verdadeiramente adequadas às necessidades de atração e qualificação de trabalhadores da região.



► Fuga de jovens

A alta competitividade da região de influência dos municípios da serra gaúcha impacta sua atratividade profissional de forma significativa. Afeta-se principalmente a população jovem, que apresenta dificuldade em vislumbrar uma perspectiva de futuro atraente e acaba se mudando para outras localidades, com o intuito de encontrar melhores condições de trabalho e estilo de vida que os agradem.

O efeito desta migração é fortemente percebido na economia: o aproveitamento limitado da mão de obra local acaba enfraquecendo a perspectiva de incremento de produtividade.

Na região do CISGA, pelo lado da oferta do mercado de trabalho (empregados), menciona-se melhores oportunidades de emprego em outros locais, sobretudo, no estado de Santa Catarina. Já pelo lado da demanda do mercado de trabalho (empreendimentos), assinala-se uma carência de disponibilidade de mão de obra.

Quando forma-se um entendimento entre a população de que determinado município não é capaz de proporcionar oportunidades diferentes

das que já existem atualmente (neste caso, indústria de base tradicional, turismo e fruticultura) reforça-se o problema, internalizando-o na cultura local.

A migração afeta o mercado consumidor local tanto pelo lado da demanda (com menos pessoas para comprar, há uma queda nas vendas) quanto da oferta (com menos trabalhadores no mercado de trabalho, produz-se menos bens e fornece-se menos serviços).

Para aumentar a atratividade da região, deve-se priorizar iniciativas que reforcem os potenciais locais além da divulgação das estratégias futuras, como a estruturação do parque tecnológico.

A realização de palestras com profissionais de diferentes áreas que atuam no mercado local pode incentivar crianças e adolescentes a permanecerem na região, inspirando-as através de modelos positivos.

Estimular a participação social de crianças e adolescentes auxilia no fortalecimento do senso de pertencimento desta população. Compreender as

principais preocupações e demandas dos jovens permite que estas questões sejam trabalhadas, estimulando a permanência por meio da visualização de mudanças potenciais.



► Qualidade da educação básica

A questão educacional deve ser tratada com muito cuidado, pois impacta um município ou região especialmente a longo prazo. Indivíduos que não possuem qualidade ou nível educacional adequados possuem, em geral, mais dificuldade em encontrar ocupações rentáveis. Afeta-se não apenas a produtividade da economia, mas, principalmente, compromete-se a geração de renda e a qualidade de vida da população.

Para determinar a qualidade da educação básica, não basta apenas analisar os índices de aprendizado adequado. Vários fatores afetam a aprendizagem dos alunos: saúde mental, oportunidades fora da escola, método de ensino e motivação são alguns exemplos de aspectos que influenciam a performance de crianças e adolescentes no âmbito educacional.

Na região de abrangência do CISGA, identificou-se problemas em termos de contratação de professores e permanência de alunos nas escolas. As estratégias para mitigação desta limitação focam na divulgação dos potenciais locais e no incentivo ao protagonismo dos alunos.

Promover aulas mais dinâmicas é uma boa estratégia para incentivar a participação ativa de estudantes. Ganha-se em termos de interesse e atenção das crianças e adolescentes, além de possibilitar o aprendizado de *soft skills*, como liderança e trabalho em equipe. Ressalta-se, ainda, a importância de trabalhar questões como inclusão e igualdade nas salas de aula.

Estruturar a grade curricular das escolas para inserir matérias ou aulas específicas para os potenciais da região permite que a mão de obra, a longo prazo, esteja capacitada para atender às demandas do mercado de trabalho regional. A educação empreendedora, por exemplo, apresenta benefícios tanto para a economia quanto para o senso de protagonismo dos habitantes.

► Infraestrutura

Uma região necessita de infraestrutura adequada para conectar as cadeias de suprimento, desenvolver a economia e possibilitar o fácil acesso em todo o seu território. Estabelecer uma infraestrutura apropriada conecta famílias do local às melhores oportunidades de emprego, saúde, educação e geração de renda.

Para um melhor aproveitamento dos potenciais econômicos da região, existem alguns pontos de destaque, que precisam ser melhorados. A inadequação dos investimentos em infraestrutura vinculada à logística; os altos custos gerados pelas condições pouco ideais dos modais de transporte existentes; e a dependência das rodovias são exemplos de entraves que podem impactar a competitividade do setor industrial do território.

Para um maior desenvolvimento do turismo local, é essencial que sejam realizados investimentos contínuos na melhoria do atendimento aos visitantes e da experiência turística. A incorporação e o aproveitamento de elementos da cultura da Serra Gaúcha em sua rede de hotéis, pousadas e restaurantes agregam valor à esta atividade. Ademais, a preservação da paisagem da serra desponta como prioridade central em toda a empreitada de modernização da infraestrutura voltada ao turismo regional.

Na região do CISGA, a infraestrutura, apesar de ser considerada como boa, apresenta espaço limitado para ampliação. A priorização de parcerias público e privadas para o desenvolvimento de soluções que visem melhorar a infraestrutura da região é fundamental ao futuro da região: acessibilidade, opções mais limpas e eficiente para o provimento de energia, abastecimento hídrico e telecomunicações, bem como qualidade da malha rodoviária.

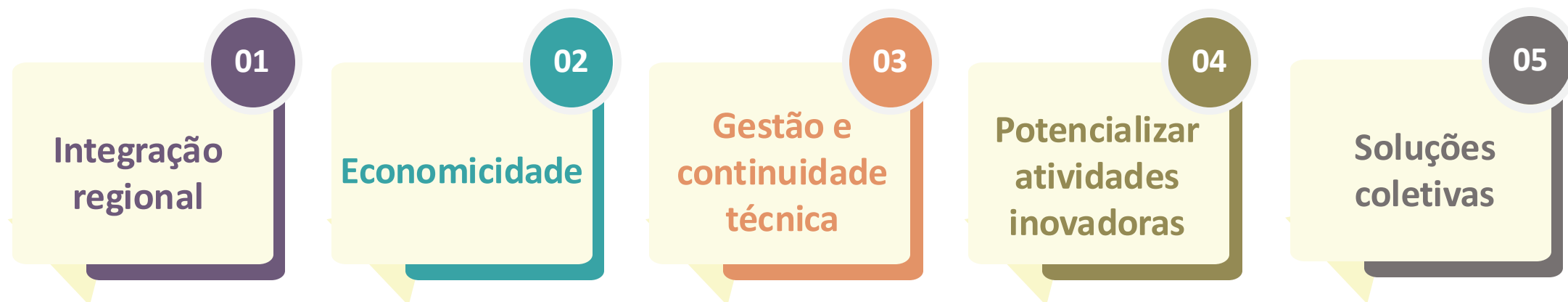
Vocações do consórcio

Em relação ao CISGA, identificou-se **5 vocações**: (i) integração regional; (ii) economicidade; (iii) gestão e continuidade técnica; (iv) potencialização das atividades inovadoras; e (v) soluções coletivas.

As vocações naturais da região já são exploradas de forma bem sucedida. Todavia, associada a esta questão histórica, a presença das vocações do consórcio do CISGA contribuem para a mitigação das limitações observadas para a região da Serra Gaúcha, agregando valor e ampliando o potencial de escalabilidade das economias locais. A indução das **atividades inovadoras** já é uma realidade do consórcio, porém há espaço e oportunidade para fortalecê-las e expandi-las.

Os bons indicadores regionais demonstram a preocupação dos governos locais com pautas internacionais relevantes, como educação básica de qualidade, educação ambiental, equidade de gênero e distribuição de renda. Assim, a estratégia para um desenvolvimento urbano mais integrado e sustentável pode se beneficiar de melhor aproveitamento do consórcio para **integração regional** por meio de **soluções coletivas**, pautadas em **economicidade**, de modo a não onerar os cofres públicos desproporcionalmente.

Ademais, em relação à experiência do CISGA, o plano de ação para desenvolvimento consiste na **gestão e continuidade técnica**, disponibilizando de forma eficiente os serviços sustentáveis para os municípios.



► Integração regional

O associativismo é um modelo de colaboração entre agentes, que juntam esforços em prol de um objetivo em comum. Na lógica de atuação dos setores públicos locais, o associativismo intermunicipal é eficazmente representado por meio de consórcios públicos. A atuação consorciada é capaz de potencializar a administração dos governos locais, por meio de ações de cooperação para assuntos comuns e gestão compartilhada de responsabilidades.

Os consórcios públicos intermunicipais são extremamente interessantes para os municípios brasileiros, tendo em vista a dimensão do território nacional e similaridades geográficas e político institucionais, típicas do federalismo. Por meio da cooperação, possibilita-se a compreensão das necessidades de uma região como um todo, ampliando a representatividade e potencial de mudança para todos os municípios consorciados (ao invés de se concentrar naqueles maiores, que possuem mais recursos).

Compartilhar responsabilidades entre governos municipais propicia o desenvolvimento regional em diversas áreas, como compras públicas, saneamento básico, coleta de resíduos e educação. Pontos estes que, em geral, são grandes preocupações para governos municipais isolados.

A exitosa experiência com o CISGA demonstra este potencial de integração regional na Serra Gaúcha, possibilitando a criação e fortalecimento de uma rede de gestores públicos, que estimulam o crescimento de modo difuso entre os municípios consorciados.

Um dos principais desafios para o consorciamento público intermunicipal diz respeito às restrições técnico-legais nos quais estão pautados. As legislações brasileiras, muitas vezes, não conseguem acompanhar o ritmo de avanços e aprendizados obtidos pelos consórcios, o que acaba por limitar e coibir a atuação colaborativa em território nacional.

Por ser um projeto colaborativo e de grande visibilidade, nacional e internacional, a participação do CISGA no InovaJuntos é estratégica. O amplo compartilhamento de boas práticas e a apresentação de demandas bem construídas, pautadas em conhecimento técnico e validado pelo teste do tempo, reforça a visibilidade da pauta de desenvolvimento regional.

Nesse sentido, a região, representada pelo CISGA, aparece como interlocutor primário da pauta, encabeçando discussões fundamentais ao futuro não apenas da própria região, mas da abordagem de desenvolvimento regional no país.



► Gestão e continuidade técnica

A vocação de gestão e continuidade técnica diz respeito à capacidade de segmento na implementação e execução de ações mesmo diante da alternância do poder executivo dos municípios consorciados. Isso se dá pelo caráter estritamente técnico das decisões e soluções discutidas no âmbito do consórcio, de modo que aspectos políticos da gestão apresentam menor impacto em suas atividades.

A descontinuidade, fortemente vinculada aos ciclos políticos municipais, apresenta diversos ônus, como: maior gasto de recursos públicos; perda de memória e saber institucional; e desânimo das equipes envolvidas. Sendo assim, ao suavizar as transições, a presença do CISGA acaba por resguardar a população da fragmentação de ações em seu âmbito de atuação, evitando danos a direitos fundamentais nas mais distintas áreas: educação, saúde, moradia, segurança, saneamento, infraestrutura, entre outros.

Observa-se que a capacidade de garantir gestão e continuidade técnica é uma das principais vocações do consórcio, justamente por conseguir suavizar as descontinuidades que ocorrem nos municípios de forma mais isolada. O consórcio, embora seja formado por vários prefeitos, é responsável por representar uma região, havendo, portanto, uma maior continuidade em termos de gestão técnica.

As estratégias para potencializar esta vocação focam em incentivar a participação e aumentar a integração da sociedade. Objetiva-se entender as principais demandas da região, de forma a aumentar a efetividade das ações e a credibilidade do consórcio enquanto agente executor intermunicipal.

Propiciar espaços de interação, com diversos representantes dos municípios consorciados, reforçaria ainda mais a transparência do próprio consórcio. Além disso, auxiliaria no fortalecimento do senso de pertencimento e participação destas populações, aspectos fundamentais à continuidade das políticas públicas – dentro e fora do escopo de atuação do CISGA.

► Economicidade

O consórcio público está sujeito a fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio (art. 9º, parágrafo único, Lei 11.107/2005).

Economicidade diz respeito ao princípio que objetiva a minimização dos gastos públicos, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Refere-se à capacidade de uma instituição gerir adequadamente os recursos financeiros colocados à sua disposição.

Quando a economicidade aparece como vocação do CISGA, vai-se além da mera definição formal, uma vez que incluem-se aspectos relacionados à própria capacidade gerencial dos municípios consorciados. A presença de uma equipe técnica dedicada a questões como compras compartilhadas possibilita que cada membro do consórcio, independente de seu porte populacional e orçamentário (e, logo, poder de demanda individual), passe a ser representado pelo total de demandantes da região.

Desse modo, a economicidade é reforçada de forma dupla: seja pela disponibilidade de mão-de-obra qualificada, dedicada e especializada em temas específicos (como pregões e análises de preços); seja pelo maior poder de barganha que é conferido ao consórcio, agora um ente único que negocia por toda sua região de abrangência em volume e condições mais favoráveis.

► Potencializar atividades inovadoras

O termo inovação possui várias definições, dependendo do contexto em que se está trabalhando. Para o projeto InovaJuntos, o conceito de inovação diz respeito ao processo de criar ou adaptar ideias novas, em determinado contexto, para que se possa solucionar um problema ou alcançar resultados melhorados, de forma bem-sucedida.

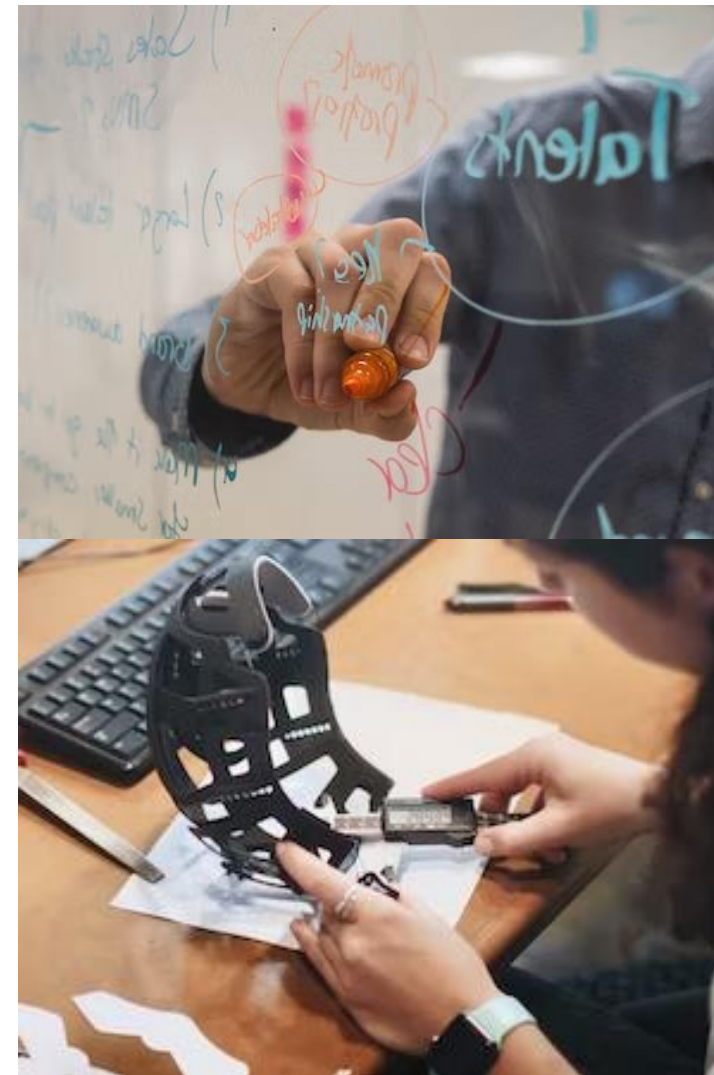
A inovação impacta diversos aspectos econômicos e sociais, afetando diretamente o desenvolvimento regional. O fomento a processos inovativos possibilita a criação de novos produtos, novos meios de produção ou novos modos de comercialização de bens e serviços. Pode ainda estar relacionado à inovação social e institucional, possibilitando o desenvolvimento de novas formas de pensar e organizar-se enquanto agentes de transformação.

A pauta de inovação vem ganhando relevância mundial, evoluindo de forma exponencial nos últimos anos. Uma de suas principais características é a necessidade de investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento, de modo a estimular a criação de novas soluções.

Em grande medida, a capacidade de atuação consorciada acaba por funcionar como um importante incentivo à inovação. Ao identificar e enfrentar os desafios de toda sua área de influência, o consórcio é capaz de estimular frentes de atuação inovadoras, evitando boa parte das amarras que seriam enfrentadas por municípios atuando isoladamente.

Uma bom exemplo desta atuação inovadora, na prática, é o incentivo a consolidação de parcerias em busca de possibilidades de atuação para a destinação adequada de resíduos sólidos urbanos (com vistas à geração de energia limpa). Por meio do CISGA, todos os municípios consorciados podem contribuir e disfrutar dos resultados obtidos pela parceria com a Universidade de Caxias do Sul, importante representante do setor de ciência, tecnologia e inovação na região.

De fato, fortalecer e aproximar setores de ensino e pesquisa às demandas do setor produtivo nas áreas de tecnologia, computação e inovação será fundamental ao desempenho de longo prazo dos municípios.



► Soluções coletivas

Por meio dos consórcios é possível alcançar a melhoria da capacidade técnica, gerencial e financeira de grupos de municípios por meio do desenvolvimento de programas coletivos de interesse regional. De fato, os consórcios permitem ganho de escala, uma vez que viabilizam a construção e a operação de unidades de uso compartilhado pelos municípios.

Em linhas gerais, os consórcios públicos objetivam estabelecer relações de cooperação federativa. Os fins desta colaboração podem ser diversos, como o alcance de objetivos comuns à uma região, que seriam mais custosos se

realizados individualmente.

O consorciamento figura como importante meio para implementação de soluções coletivas, permitindo o fornecimento de serviços típicos da gestão pública com mais economia e eficiência. Em especial, municípios de menor porte ganham acesso a uma rede de atuação compartilhada, cuja construção poderia ser inviável para o escopo de suas necessidades individuais.

Não é de se estranhar, portanto, que as soluções coletivas apareçam como uma das grandes vocações do CISGA. Não apenas

possibilita-se a inclusão daqueles municípios de menor porte, mas reforça-se o processo participativo de decisão tendo em vista as necessidades da região como um todo.

Similar ao que ocorre em um único município, para que um consórcio seja bem sucedido em suas iniciativas, questões como planejamento, organização, direção e monitoramento são essenciais. Os gestores devem atuar de forma a beneficiar os habitantes de toda a região, utilizando a participação e a troca de experiências como nortes para construção de suas estratégias.



Limitações do consórcio

A busca por economicidade em seus processos acarreta em uma limitação de disponibilidade de recursos humanos (**estrutura enxuta**) para o consórcio, o que dificulta a celeridade na implementação de ações que garantam a sustentabilidade de estratégias de desenvolvimento na região.

O maior desafio é garantir a **compreensão** a respeito das funções e particularidades do consórcio, o qual não passa de um braço executor pertencente aos municípios consorciados. Nesse

sentido, a **necessidade de parcerias** aparece como outra importante limitação. Para que o CISGA alcance os resultados almejados, é necessário atuar juntamente com representantes de todos os setores municipais, garantindo maior fluidez de processos e prevenindo a duplicação de esforços e a descontinuidade técnica.

Por sua vez, a **visibilidade** é uma dificuldade percebida de forma ampla no âmbito do consórcio. Falhas na comunicação entre os representantes municipais podem ocasionar no

desalinhamento de percepções e descasamento de opiniões, a respeito da relevância de atuação consorciada para promover o desenvolvimento urbano e sustentável.

Entende-se que os esforços de planejamento e de comunicação, ainda que internamente eficientes, encontram-se concentradas dentro de cada município consorciado, com **pouco envolvimento** entre as diversas frentes de atuação do consórcio.



► Estrutura enxuta

A gestão de recursos humanos no Brasil é uma importante área da administração pública. O planejamento na gestão de pessoas deve considerar o ambiente interno e externo, buscando maior atuação e inserção dos agentes públicos, para alcançarem os objetivos da instituição e a satisfação da coletividade.

A estrutura enxuta foi citada como sendo um fator de limitação do consórcio. Nesse contexto, apontou-se, sobretudo, o número limitado de colaboradores frente às demandas de atuação crescentes do consórcio. Para este fim, é fundamental que se invista em estratégias relacionadas à eficiência dos processos, aumentando a efetividade das ações e ampliação de quadro, sempre que se julgue necessário (mantendo-se em mente o princípio da economicidade).

A gestão de pessoas muitas das vezes peca pela falta de diretrizes claras para as políticas de recursos humanos, além de que muitos resultados se perdem devido à falta de objetivos, de participação e capacitação da sociedade.

O entendimento do que pode ser feito a nível do consórcio, permite o alinhamento de expectativas e a articulação de diversos agentes para iniciativas a nível regional, nacional ou até mesmo internacional.

Uma maior coordenação e comunicação entre os atores pode aumentar a agilidade dos processos. Outra estratégia possível é a adoção de ferramentas digitais que facilitem a atualização de documentos e a interação dos representantes do setor público de cada município.



▶ **Envolvimento e visibilidade**

O senso de protagonismo e envolvimento de um município em um consórcio está vinculado à sua identificação com a relevância deste, visualizando-se como parte do processo de desenvolvimento da região. Quando há falta de identificação, percebe-se uma menor participação dos representantes dos municípios no âmbito do CISGA, afetando a inclusão e a integração, de forma eficiente, dos municípios consorciados.

Populações que se veem como protagonistas tendem a ser mais engajadas nas ações, contribuindo ativamente com o alcance de seu resultado. Dessa forma, aumenta-se a eficiência das ações promovidas pelo consórcio em termos do atendimento das demandas comunitárias nos municípios consorciados.

No CISGA, percebe-se, em vários municípios, o pouco protagonismo e dificuldade de sentir-se como parte do consórcio. Tais limitações impactam diretamente a capacidade do consórcio em apresentar soluções eficazes, uma vez que tendem a aumentar a aversão ao risco dos representantes dos municípios, diminuindo suas chances de contribuir para soluções inovadoras que poderiam beneficiar não só o município, mas toda a região.

O estímulo ao envolvimento com o consórcio, por meio de estratégias robustas de divulgação de ações e impactos causados pela atuação do CISGA, é uma boa estratégia para mitigar esta limitação. Ao fortalecer sua visibilidade, beneficiam-se as dinâmicas social e institucional da região, ampliando-se a sensação de bem-estar comunitário e retorno social oriundos das ações desenvolvidas por meio do consórcio.

▶ **Incompreensão e necessidades de parcerias**

Os consórcios públicos têm sido uma saída para que as gestões municipais consigam viabilizar programas e ações com mais eficiência e a custos menores. A ideia é que seja uma ferramenta de auxílio aos gestores dos entes federados na execução de sua missão constitucional, tendo papel estratégico na medida em que viabiliza ações de cooperação e gestão associada entre os entes consorciados. Potencializa-se, assim, a capacidade do setor público na execução de políticas que forneçam infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico e garantia dos direitos sociais.

Alguns municípios da região do CISGA ainda enxergam a gestão municipal apenas como um fim em si mesmo, de modo que o consórcio aparece quase como um prestador de serviços externo. O amadurecimento político dos gestores deve demonstrar com clareza que o caminho é a cooperação: consórcios multifinalitários abertos a trabalhar os principais problemas elencados em toda a região.

A organização de canais de comunicação eficazes é fundamental para que seja possível disseminar conteúdo qualificado e informar as prefeituras e sociedade civil em geral. Deve-se buscar meios de reforçar o potencial do cooperativismo institucional e o papel desempenhado por consórcios neste processo, ressaltando-os como uma alternativa eficiente para o atendimento das expectativas dos cidadãos. Dessa forma, garante-se, por meio do trabalho conjunto, o ganho de escala, o barateamento de preços, a viabilização de políticas públicas, entre outros benefícios possíveis.



Considerações finais

A partir dos dados coletados, percebe-se que os municípios do CISGA apresentam tendência de crescimento populacional ao longo dos últimos 12 anos. O território de abrangência do consórcio é bastante extenso, englobando 22 municípios (com perspectiva de ampliação) localizados no nordeste do estado do Rio Grande do Sul, a chamada Serra Gaúcha.

Com relação à produção, o Valor Agregado Bruto (VAB) total da região apresentou queda na última década, devido principalmente ao movimento decrescente do setor secundário. Na questão de renda, os trabalhadores dos municípios possuem renda média de 2,5 salários mínimos, considerada alta para o padrão nacional. Vale ressaltar, no entanto, que o número de famílias de baixa renda nos municípios apresenta tendência de crescimento ao longo do tempo.

Os diálogos com a população regional (que ocorreram durante as entrevistas qualificadas e visitas técnicas) possibilitaram a ampliação do cenário socioeconômico, ambiental e institucional elaborado na Leitura técnica. Identificou-se um alto padrão de desenvolvimento relacionado às vocações naturais da região, com destaque para o

turismo, a indústria de base tradicional e a agroindustrialização.

A estruturação de um parque tecnológico e a inclusão de estratégias vinculadas aos ODS na matriz produtiva apareceram como vocações induzidas. Com educação e infraestrutura de qualidade, ainda que necessitando de políticas sistêmicas de aprimoramento continuado, a região apresenta grande potencial para atividades inovadoras e tecnológicas.

Mapeou-se, também, as principais dificuldades para o desenvolvimento sustentável da região de abrangência do CISGA. A integração entre os municípios em prol do desenvolvimento regional e a fuga de jovens são alguns dos principais desafios.

Sendo assim, o consórcio do CISGA contribui para o desenvolvimento sustentável da região a partir das seguintes vocações: integração regional, economicidade, gestão e continuidade técnica, potencialização das atividades inovadoras e soluções coletivas. Todavia, suas limitações estão diretamente ligadas à falta de parcerias, de recursos humanos, do envolvimento dos municípios e pouca visibilidade.

Com base nas informações expostas, entende-se que o modelo de desenvolvimento sustentável a partir das vocações dos municípios do CISGA deve ser pautado nas vocações naturais e induzidas da região. Possibilita-se, assim, o desenvolvimento urbano integrado e a ampliação da atuação consorciada. Para mitigação das limitações, deve-se elaborar ações que visem a aderência aos ODS e à Nova Agenda Urbana além do fomento a parques tecnológicos.

Priorizam-se estratégias que permitam incrementar, pontualmente, a infraestrutura e a mão de obra da região. Para as vocações, a inovação é a atividade econômica chave para as ações de fomento ao desenvolvimento. No caso das limitações, promover a inclusão social e a integração entre os municípios deve ser foco ao elaborar políticas públicas.

